

1 Contexto operacional

O objeto social da Vulcabras|azaleia S.A. (“Companhia”) compreende o investimento em outras sociedades, a comercialização e produção nos mercados internos e externos de produtos de vestuários, principalmente de artigos esportivos e calçados masculinos, femininos e profissionais, através de suas controladas diretas e indiretas:

- Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.;
- Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.;
- Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.;
- Globalcyr S.A. (situada no Uruguay);
- Vulcabras|azaleia Argentina S.A. (situada na Argentina);
- Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - que possui as seguintes empresas subsidiárias:
 - Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.;
 - Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.;
 - Reiziger Participações Ltda.;

Assim como possui as seguintes distribuidoras no exterior: Azaléia USA Inc., Calzados Azaléia Colômbia Ltda., Calzados Azaléia Peru S.A. e Vulcabras|azaleia Sporting Goods Índia Private Limited.

As marcas administradas pelas sociedades compreendem:

- Marcas próprias: Azaléia, Dijean, Opanka, Olympikus e Vulcabras.
- Marcas de terceiros: Reebok.

O exercício de 2013 já apresenta resultados positivos e demonstra que os nossos planos operacionais e de reestruturação, que estão em andamento, visam a melhoria da rentabilidade. A seguir descrevemos as principais ações que influenciaram os resultados de 2013:

- As despesas com marketing estão abaixo de 2012 em 49,3%, consequência da nova estratégia de gastos com publicidade introduzida pela Companhia para o exercício de 2013.
- A maioria dos patrocínios esportivos foram encerrados, em linha com o plano de negócio desenvolvido para 2013.
- As despesas operacionais de 2013 tiveram queda de 37,2% em relação ao 2012, fruto de diversas ações, principalmente, para redução de despesas fixas. Espera-se para o exercício de 2014 a continuidade destas reduções para crescimento da rentabilidade do negócio.
- O endividamento líquido da Companhia teve em 2013 uma queda de 20,8% em relação ao ano findo em 2012, esta política de redução da dívida encontra-se em curso, conforme planejamento estruturado. Encontra-se em andamento também as ações de alongamento da dívida.
- Os imóveis não utilizados no processo produtivo estão sendo avaliados para alienação.
- Ainda encontram-se em andamento outros processos de reestruturação com participação do acionista principal da Companhia, com objetivo de melhorar a liquidez e redução do custo de captação. As ações que serão implementadas almejam a redução das despesas financeiras em 2014 em relação às vendas líquidas.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto (*joint Operations*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2014.

2.2 Base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as informações individuais e consolidadas, estão demonstradas na Nota 3. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do patrimônio líquido.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas de IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota 15 - Classificação de propriedade para investimento

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9 - Utilização de prejuízos fiscais
- Nota 23 - Provisões para contingências.
- Notas 16 e 17 - Principais premissas utilizadas para as projeções do fluxo de caixa descontado

3 Principais políticas contábeis

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas segundo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do último exercício social e devem ser analisadas em conjunto com a Nota 3 – Principais políticas contábeis, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

3.1 *Segmento de negócios*

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

3.2 *Ativos mantidos para venda*

A Companhia mantém ativos destinados a venda, classificados no ativo não circulante, os quais são mensurados com base no menor valor entre seu valor contábil e o valor justo, deduzindo dos custos de vendas. Os ativos mantidos para venda estão apresentados na Nota 13 como “Bens destinados a venda”.

Os ativos têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente. Caso haja indicadores de perda no valor recuperável dos ativos, deverá reconhecer tais perdas nos termos do CPC 01 (R1). Os ativos mantidos para venda não serão depreciados nos termos do CPC 31.

3.3 *Conversão de saldos em moeda estrangeira*

A Administração da Companhia e suas controladas definiram que a moeda funcional, para as empresas localizadas no Brasil, é o real. A controlada direta Vulcabras|azaleia Argentina S.A. possui conversão da moeda corrente originária do seu país (moeda funcional), peso argentino, para o real. A controlada Globalcyr elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano (moeda funcional) e também efetua sua conversão para o real. A controlada Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui suas seguintes controladas diretas no exterior: Azaleia U.S.A. Inc. e Calçados Azaleia de Colombia Ltda., que possuem conversão da moeda corrente originária de cada país (moeda funcional), dólar norte-americano, peso colombiano, respectivamente, para o real. A Calçados Azaleia Peru elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano (moeda funcional) e também efetua sua conversão para o real. A controlada Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui a controlada Vulcabras|azaleia Sporting Goods Índia Private Limited no exterior que elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano e também efetua sua conversão para o real.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos nos outros resultados abrangentes. As atualizações da conta de investimentos decorrente da variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora. Para fins de consolidação, os ajustes decorrentes da variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

Os adiantamentos relativos a importações de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamentos, em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia (Real) na data da transação, ou seja, na data que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato dos adiantamentos serem considerados pré-pagamentos, que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado, a Companhia efetua o registro do imobilizado ou no estoque pelo custo incorrido, caso seja componente de produção, contra a baixa do adiantamento correspondente.

3.4 *Reconhecimento de receita*

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

3.5 Impostos

a. Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis, sendo reconhecido como custo de aquisição do ativo ou item de despesa.

Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos de venda.

Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar são incluídos nos valores a receber e a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado e alíquota de 1% de contribuição previdenciária.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia e suas controladas adotaram o Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

A controlada, Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., impetrou em junho de 2004 mandado de segurança buscando a exclusão das receitas de exportação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL. Em junho de 2006, foi dado provimento ao recurso de apelação reconhecendo a exclusão na base de cálculo da CSLL, das receitas de exportação, desde julho de 2004. Em março de 2007, a controlada protocolou junto a Receita

Federal o pedido de habilitação de crédito reconhecido por sentença judicial transitada em julgado em 9 de novembro de 2006.

Medida Provisória 627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

3.6 Subvenção governamental

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos órgãos governamentais. São registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar. Enquanto não atendidos os requisitos previstos no CPC 07 (R1) para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo (ou como conta redutora do ativo). As subvenções governamentais estão descritas na Nota 33.

3.7 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

3.8 Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros não-derivativos, os quais seriam as aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros, incluindo a recebíveis relativos a caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação, pelo valor justo por

meio do resultado, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia “desreconhece” um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos a vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos, quando aplicáveis, como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo circulante.

3.9 *Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa (provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis - Impairment)*

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente usando a taxa efetiva de juros quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros (ANBID) que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Quando aplicável, os ativos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é contra a receita operacional líquida no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação. O ajuste a valor presente é calculado para o exercício entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de vencimento das duplicatas.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa (*valor recuperável dos recebíveis - impairment*) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia avalia os títulos individualmente levando em consideração o histórico de perda de cada cliente.

3.10 *Imobilizado*

i. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A Companhia e suas controladas decidiram pelo não registro do custo atribuído por entender que os bens estavam ao seu valor justo quando da aquisição da Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., uma vez que os bens haviam sido reavaliados anteriormente e, portanto, já tinham seus registros pelos valores justos. Da mesma forma a vida útil dos bens foi revista nos respectivos momentos. A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, com base nas taxas mencionadas na Nota 16. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

3.11 Investimentos

Os investimentos em controladas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com o BRGAAP.

Variações cambiais de investimento no exterior são reconhecidas na conta de ajuste a avaliação patrimonial no patrimônio líquido, exceto quando estes investimentos na essência forem uma extensão das atividades da matriz no Brasil, situação em que a variação cambial é reconhecida no resultado.

3.12 Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é reconhecida ao método do custo. O custo de uma propriedade para investimento comprada compreende o seu preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível.

3.13 Ativo intangível

i. Reconhecimento e mensuração

A Companhia adquiriu cessões de direitos de imagem de várias agremiações e entidades esportivas, que permitem à Companhia comercializar produtos esportivos vinculados à estas marcas, tais como camisas de clube de futebol, tênis personalizados, dentre outros. O valor destes contratos é lançado na conta de ativo intangível e amortizado pelo prazo do contrato. Os royalties pagos sobre as vendas destes produtos são reconhecidos no resultado do exercício à medida que as vendas são realizadas. Com relação à premiações pagas por conquistas de títulos pagos a atletas, clubes e entidades esportivas, os mesmos são provisionados quando as metas são atingidas, em contrapartida do resultado do exercício.

Os gastos relacionados com patrocínios a atletas profissionais, que possuem contrato de exclusividade de uso das marcas administradas pela Companhia, são lançados ao resultado de acordo com o prazo de contrato. Os adiantamentos realizados para estes casos são lançados na conta de despesa antecipada.

ii. Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial ver Nota 17. Quanto às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio foi incluído baseando-se em seu custo atribuído, que representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis.

iii. Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento não é alocada para nenhum ativo, incluindo o ágio, que faz parte do valor contábil das companhias investidas registradas por equivalência patrimonial.

iv. Amortização

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O custo do ativo intangível adquirido em uma combinação de negócio é o valor justo na data de aquisição.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

3.14 Provisão para recuperação dos ativos de vida longa (Impairment)

Conforme determinações do CPC 01(R1), a Companhia analisa a recuperação dos ativos de vida longa, principalmente o ativo imobilizado e o intangível, na data de cada encerramento das demonstrações financeiras. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

3.15 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.16 Aplicação de julgamentos, estimativas e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o valor dos ativos, passivos, receitas e despesas divulgadas. Tais estimativas e premissas relacionadas são baseadas em experiências de anos anteriores e vários outros fatores julgados razoáveis considerados os fatos e circunstâncias. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As premissas chave das estimativas são revisadas de forma contínua. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício que a estimativa é revisada. As estimativas e premissas com risco de impacto material nos valores de ativos e passivos, dentro do próximo exercício, são discutidas a seguir:

a. Impostos diferidos

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros estimados. Os valores registrados envolvem considerável julgamento da Administração. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as

estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo ou passivo fiscal diferido.

b. Teste de valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e os ativos não financeiros, tais como o imobilizado e o intangível, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

c. Provisões

As provisões são reconhecidas conforme estabelecido pelo CPC 25, quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessário para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando-se a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

3.17 *Determinação do valor justo*

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado, propriedade para investimento, bens destinados a venda é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

3.18 *Demonstrações do valor adicionado*

A Companhia elaborou a demonstração individual do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP, aplicável às companhias abertas. A demonstração consolidada do valor adicionado não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada para possibilitar uma análise adicional.

3.19 *Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013*

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros do Grupo, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)

As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidade de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. Não são esperados impactos na Companhia.

- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. Não são esperados impactos na Companhia.

- IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. Não são esperados impactos na Companhia.

- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. Não são esperados impactos na Companhia.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	% Participação direta		% Participação indireta		% Participação total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	99,99	99,99	-	-	99,99	99,99
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	2,00	2,00	98,00	98,00	100,00	100,00
Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras azaleia Argentina S.A.	3,96	3,96	96,04	96,04	100,00	100,00
Globalcyr S.A.	1,55	1,55	98,45	98,45	100,00	100,00
Vulcabras azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Azaleia U.S.A. Inc.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calzados Azaleia de Colombia Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calzados Azaleia Peru S.A.	-	-	99,11	99,11	99,11	99,11
Reiziger Participações Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras azaleia Sporting Goods Índia Private Limited	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em todas as sociedades consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

Joint Operation no Brasil e na Argentina

A Vulcabras|azaleia S.A. e a adidas International B.V. constituíram em 25 de março de 2008 uma “*Joint Operation*” para conduzir os negócios de distribuição de calçados, confecções e acessórios com a marca Reebok, tendo duração prevista até dezembro de 2015.

De acordo com os termos do contrato, Pedro Grendene Bartelle é o Presidente da sociedade, denominada Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda., que é administrada por um Conselho de Administração composto de executivos da adidas International B.V. e da Vulcabras|azaleia S.A.

Nesta “*Joint Operation*”, a Vulcabras|azaleia S.A. detém 0,01% de participação, enquanto que a adidas International B.V. possui 99,99%, sendo que a participação da Companhia na Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda não é relevante para consolidação.

A controlada Vulcabras|azaleia Argentina S.A., que também tem os direitos exclusivos de distribuição dos produtos Reebok na Argentina, constituiu uma “*Joint Operation*” em 2 de junho de 2008, denominada Reebok Argentina S.A. para a distribuição dos produtos naquele mercado, basicamente, nos mesmos termos do contrato brasileiro.

Nesta “*Joint Operation*”, a Vulcabras|azaleia Argentina S.A. detém 0,01% de participação, enquanto que a adidas International B.V. possui 99,99%, sendo que a participação da Companhia na Reebok Argentina S.A. não é relevante para consolidação.

O resultado da “*Joint Operation*” é dividido entre as sócias Vulcabras|azaleia S.A. e adidas International B.V. na proporção de 50% para cada uma, através de ajustes para refletir a parte que

cabe a título de dividendos. Quando este ajuste for favorável a adidas International B.V., é concedido um desconto nos produtos vendidos pela Companhia à Reebok. Quando o ajuste for favorável à Companhia, a mesma emitirá um faturamento complementar à Reebok.

As operações normais de venda da produção da Companhia são faturadas à Reebok através dos custos dos produtos com o adicional de 10%. As despesas fixas referente as operações da “*Joint Operation*” também são apuradas e faturadas à Reebok conforme previsto no “*Joint Operation Agreement*”.

a. Características principais das sociedades controladas incluídas na consolidação

Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é a Sociedade responsável pela produção e desenvolvimento de calçados, confecções da marca Reebok e Olympikus e botas. Iniciou suas atividades com sede no município de Horizonte, Estado do Ceará, tendo como objeto social a indústria, o comércio, a importação e exportação em geral de calçados e artigos esportivos.

Em decorrência da constituição da *Joint Operation* entre a adidas International B.V. e a Vulcabras|azaleia S.A., no Brasil, em média 7% do total das vendas do exercício são realizadas para a Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda e também com a constituição da *Joint Operation* entre a adidas International B.V. e Vulcabras|azaleia Argentina S.A., na Argentina, 3% do total das vendas do exercício são para a Reebok Argentina S.A..

Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.

A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados e confecções, com a marca Reebok e Olympikus. Iniciou suas atividades em 14 de junho de 2006, com sede na cidade de Horizonte, Estado do Ceará.

Em decorrência da constituição da *Joint Operation* entre a adidas International B.V. e a Vulcabras|azaleia S.A. no Brasil, em média 18% das vendas do exercício são realizadas para a Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda.

Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.

A Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda., foi constituída em 1º de setembro de 2010, com sede na cidade de Itapetinga, estado da Bahia. Seu objetivo é comercializar e distribuir, calçados e confecções com as marcas Olympikus, Azaléia, Dijean, Opanka, e Vulcabras. Tendo iniciado suas atividades no terceiro trimestre de 2011.

Vulcabras|azaleia Argentina S.A.

A Vulcabras|azaleia Argentina S.A. é responsável pela comercialização e distribuição varejista de calçados e confecções, com a marca Reebok e Olympikus no mercado argentino, tendo como principal fornecedor a sua controladora Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. Iniciou suas atividades com sede na cidade de Buenos Aires, na Argentina, e tem como objeto social o comércio e a distribuição de calçados.

Em abril de 2010, a Vulcabras|azaleia Argentina S.A. incorporou a Indular Manufacturas S.A., indústria argentina de calçados esportivos e de segurança, localizada na cidade de Coronel Suárez, Província de Buenos Aires, e que tem por objetivo primordial a produção de calçados da marca Reebok e Olympikus para atendimento do mercado argentino, bem como o abastecimento do Brasil com modelos que podem ser lá produzidos com vantagens logísticas e de custos sobre a produção brasileira.

Em decorrência da constituição da *Joint Operation* entre a adidas International B.V. e a Vulcabras|azaleia Argentina S.A., na Argentina, em média 58% do total das vendas do exercício são realizadas para a Reebok Argentina S.A..

Globalcyr S.A.

A Globalcyr S.A. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados e confecções, com as marcas Olympikus, Reebok, Azaléia, Dijean, Opanka, e Vulcabras no mercado uruguaio, tendo como principal fornecedor a Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. Iniciou suas atividades com sede na cidade de Montevidéu, no Uruguai, e tem como objeto social o comércio e a distribuição de calçados. Atualmente, esta Empresa encontra-se com as suas operações paralisadas.

Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

Em julho de 2007, a Vulcabras|azaleia S.A. através de sua controlada direta Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., com sede na cidade de Horizonte, adquiriu o controle acionário da Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., indústria brasileira de calçados, localizada na cidade de Parobé, estado do Rio Grande do Sul, e tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados, artigos de vestuário, couros e artefatos de couro em geral, materiais plásticos ou similares e a fabricação de componentes, estes para o seu próprio consumo e venda a terceiros.

Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados e artigos esportivos, com as marcas Olympikus, Azaléia, Dijean, Opanka e Botas. Constituída em 3 de agosto de 1995, com sede na cidade de Itapetinga, no Estado da Bahia.

Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.

A Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados e artigos esportivos, com as marcas Azaléia e Dijean. Constituída em 08 de outubro de 1992, inicialmente na cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, passou a operar na cidade de Frei Paulo, no Estado de Sergipe a partir de 06 de fevereiro de 2003.

Calzados Azaleia Peru SA

A Calzados Azaleia Peru SA é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos das marcas Olympikus, Azaleia, Dijean e Opanka no mercado peruano.

Adquirida no final de 1998, iniciou as atividades de importação e comercialização das marcas da empresa em 1999.

Calzados Azaleia de Colômbia Ltda

A Calzados Azaleia de Colômbia Ltda é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos das marcas Olympikus, Azaleia, Dijean e Opanka no mercado colombiano. Iniciou naquele país em 1999 como escritório, passando a importar e comercializar as marcas da empresa em 2000.

Vulcabras|azaleia Sporting Goods Índia Private Limited

Vulcabras|azaleia Sporting Goods Índia Private Limited, é responsável pela fabricação de cabedais na Índia. Iniciou naquele país em 2011 como escritório passando a fabricação de cabedais.

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos dos exercícios das sociedades controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as sociedades. Os prejuízos entre as companhias que indicam uma redução no valor recuperável de ativos não são eliminados na consolidação;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de resultado não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado - IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos conta movimento	31.515	39.452	12	9
CDBs Fluxo de caixa	9.223	12.315	71	-
Outros disponíveis - Exterior	5.934	5.948	-	-
	<u>46.672</u>	<u>57.715</u>	<u>83</u>	<u>9</u>

Caixa e equivalentes de caixa são remunerados a taxas flutuantes, baseadas no Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações que remuneram o saldo de conta corrente (CDB Fluxo de Caixa) são efetuadas conforme disponibilidade de saldo bancário e os resgates ocorrem conforme necessidades imediatas do caixa da Companhia.

Essas aplicações referem-se exclusivamente a CDBs - Certificados de Depósitos Bancários, pós-fixados, remunerados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, à rentabilidade média de 10% a 20% e estão destinados à negociação imediata e disponíveis para

utilização nas operações da Companhia. Ressaltamos que tais aplicações têm liquidez diária, independentemente de seu prazo de vencimento, podendo ser resgatadas a qualquer tempo e sem perdas de seus rendimentos. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 31.

6 Aplicações financeiras

	<u>Consolidado - IFRS</u>		<u>Controladora - BRGAAP</u>	
	2013	2012	2013	2012
Aplicações financeiras no país:				
CDBs pós-fixados	8.422	8.644	2	1
Títulos de capitalização	2.598	2.605	-	-
Títulos disponíveis para venda - Ações	1.227	935	288	304
	<u>12.247</u>	<u>12.184</u>	<u>290</u>	<u>305</u>
Circulante	10.024	10.302	-	-
Não circulante	2.223	1.882	290	305

Os títulos disponíveis para venda referem-se a aplicações em ações e quotas de fundos de investimento, disponíveis para a venda e avaliados a valor justo, com efeito em outros resultados abrangentes. As quotas de fundos de investimentos foram disponibilizadas pelos respectivos administradores e refletem o valor de mercado destes ativos financeiros. As ações foram valorizadas de acordo com a cotação da Bovespa, na data do balanço.

As controladas têm a intenção e capacidade de manutenção dos CDBs até as datas de vencimento, razão pela qual foram classificados como ativos financeiros mantidos até vencimento. Alguns estão atrelados a garantias, portanto não tem liquidez diária e foram remunerados a taxas que variam entre 99,0% a 100,0% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As controladas têm a intenção e capacidade de manutenção dos títulos de capitalização até a data de vencimentos, razão pela qual foram classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, considerando que possui vários títulos com vencimentos diferentes, sendo R\$ 1.604 em 2013 (R\$ 1.660 em 2012) referentes a títulos de curto prazo mantidos até o vencimento e R\$ 994 (R\$ 945 em 2012) referente a títulos de longo prazo.

Contas a receber de clientes

a. Composição dos saldos

	Consolidado - IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
Contas a receber				
No país:				
Partes relacionadas	5.539	9.843	-	-
Clientes	229.976	223.633	2.182	2.282
	235.515	233.476	2.182	2.282
No exterior:				
Partes relacionadas	63.861	69.432	-	-
Clientes	75.087	95.852	-	-
	138.948	165.284	-	-
Subtotal do contas a receber de clientes	374.463	398.760	2.182	2.282
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.600)	(19.193)	(2.182)	(2.282)
Total do contas a receber de clientes, líquido	354.863	379.567	-	-

b. Por vencimento

	Consolidado - IFRS	
	2013	2012
A vencer		
1 a 30 dias	121.507	157.594
31 a 60 dias	116.499	79.748
61 a 90 dias	49.574	59.580
Acima de 90 dias	57.937	72.918
	345.517	369.840
Vencidos		
1 a 30 dias	7.149	7.144
31 a 60 dias	1.187	1.844
61 a 90 dias	1.010	739
	9.346	9.727
	354.863	379.567

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 2013 é de R\$ 19.600 (R\$ 19.193 em 2012) que representa os critérios descritos conforme mencionado no item (c) abaixo.

c. Critérios de mensuração da provisão (impairment)

O critério adotado para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi baseado nos títulos vencidos há mais de 90 dias e, na análise individual do saldo de cada cliente, pois essa provisão deve ser feita para cobrir as perdas estimadas na cobrança do contas a receber de clientes, constituídas em montantes julgados suficientes.

d. Movimentação da provisão (impairment)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está demonstrada a seguir:

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	(19.193)	(18.739)	(2.282)	(2.600)
Complemento de provisão	(803)	(1.389)	-	-
Recuperação, baixa de créditos e outros	396	935	100	318
Saldo final	<u>(19.600)</u>	<u>(19.193)</u>	<u>(2.182)</u>	<u>(2.282)</u>

e. Concentração da carteira

	Consolidado - IFRS			
	2013		2012	
Clientes (partes não relacionadas)				
Maior cliente	12.331	3%	8.838	2%
2º a 11º maiores clientes	41.215	11%	39.651	10%
12º a 50º maiores clientes	33.895	9%	37.507	9%
Outros clientes	217.622	58%	233.489	59%
	305.063	81%	319.485	80%
Partes relacionadas	69.400	19%	79.275	20%
Total da carteira de clientes	<u>374.463</u>	<u>100%</u>	<u>398.760</u>	<u>100%</u>

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos circulantes e não circulantes. As contas a receber de curto prazo foram trazidas a valor presente em 2013 com base na taxa ANBID e resultado dessa avaliação não apresenta diferenças significativas, face ao curto prazo médio de recebimento, em torno de 60 dias (77 dias em 2012) da maioria dos créditos da Companhia e de suas controladas. Por esta razão, tais diferenças não foram levadas a efeito no resultado, a exemplo do que ocorreu com as contas a pagar de curto prazo.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na Nota 31.

8 Estoques

	Consolidado - IFRS	
	2013	2012
Produtos acabados	99.013	136.243
Produtos em elaboração	30.696	49.397
Matérias primas	87.136	94.062
Material de embalagem e almoxarifado	14.258	10.998
Mercadorias em trânsito	6.487	9.521
Importações em andamento	11.576	11.619
Provisão para perdas na realização	(41.329)	(45.113)
	<u>207.837</u>	<u>266.727</u>

a. Critérios de mensuração da provisão (impairment)

As sociedades controladas, com base em análise histórica e estimativa de perdas, constituem provisão para perdas na realização dos estoques. Nos estoques de matérias primas e produtos intermediários foi provisionada a totalidade dos itens sem movimentação há mais de 180 dias e que não tenham nenhuma previsão de utilização. Nos estoques de produtos acabados foram avaliados todos os itens e provisionadas as potenciais perdas frente as perspectivas de venda de cada um deles, efetuando a provisão de 100% dos itens que apresentaram margem de contribuição negativa. Em 2013, a provisão para perdas de produtos acabados é de R\$ 7.254 (R\$ 15.099 em 2012), a provisão para perdas sobre as matérias-primas é de R\$ 22.417 (R\$ 30.014 em 2012) e a provisão para perdas de produtos intermediários é de R\$ 11.658 (R\$ 0 em 2012).

O valor de matéria-prima, mão de obra e custos indiretos de fabricação utilizados na composição dos custos de produtos vendidos é de R\$ 1.050.703 em 2013 (R\$ 1.144.472 em 2012).

b. Movimentação da provisão (impairment)

A movimentação da provisão para perdas na realização do estoque no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está demonstrada a seguir:

	Consolidado - IFRS	
	2013	2012
Saldo inicial	(45.113)	(22.863)
Provisão/ Estorno de provisões	<u>3.784</u>	<u>(22.250)</u>
Saldo final	<u>(41.329)</u>	<u>(45.113)</u>

9 Impostos a recuperar correntes e diferidos

a. Impostos a recuperar correntes

	Consolidado – IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
ICMS	3.194	3.038	25	37
IPI	2.011	1.278	-	1
Imposto de renda e contribuição social - antecipação	1.265	1.000	1	-
Imposto de renda e contribuição social - mandado de segurança	-	101	-	-
PIS/COFINS	2.129	1.248	-	-
PROAPI/ PROCOMEX a recuperar (vide nota 33)	12.310	13.641	-	-
Créditos fiscais em outros países (i)	13.553	11.165	-	-
Finsocial	2.370	1.702	1.816	1.702
Outros	<u>6.992</u>	<u>2.849</u>	<u>357</u>	<u>1</u>
	<u>43.824</u>	<u>36.022</u>	<u>2.199</u>	<u>1.741</u>
Circulante	28.991	24.231	384	39
Não circulante	14.833	11.791	1.815	1.702

- (i) Os créditos fiscais em outros países referem-se principalmente a valores contabilizados na controlada Vulcabras|azaleia Argentina S.A., sendo originários dos “impuesto de las gannacias” e “IVA”, que serão compensados com resultados futuros, e estão classificados como circulante e não circulante.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição	Consolidado – IFRS	
	2013	2012
Imposto de renda diferido – controlada no exterior	<u>7.530</u>	<u>8.852</u>
Total do Ativo - Não circulante	<u>7.530</u>	<u>8.852</u>
Impostos sobre reavaliação de imobilizado	<u>(6.083)</u>	<u>(7.325)</u>
Total do Passivo - Não circulante	<u>(6.083)</u>	<u>(7.325)</u>
Total - Ativo fiscal diferido, líquido de impostos diferidos passivos	<u>1.447</u>	<u>1.527</u>

O ativo fiscal diferido, líquido de impostos diferidos passivos tem a seguinte origem:

	Consolidado – IFRS	
	2013	2012
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	44.543	44.543
Contribuição social diferida ativa sobre base negativa	14.198	14.198
Provisão para realização do imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	(44.543)	(44.543)
Provisão para realização da contribuição social diferida sobre base negativa	<u>(14.198)</u>	<u>(14.198)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Diferenças temporais no exercício		
Reavaliação de imobilizado	(6.083)	(7.325)

	Consolidado – IFRS	
	2013	2012
Imposto de renda diferido – controlada no exterior	7.530	8.852
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	1.447	1.527
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	7.530	8.852
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(6.083)	(7.325)

As controladas no Brasil tem o valor de imposto de renda diferido ativo contabilizado de R\$ 58.741 e uma provisão para recuperação de R\$ (58.741), permanecendo os impostos diferidos passivos sobre reavaliação do imobilizado no valor de R\$ (6.083) e impostos diferidos ativos de controlada no exterior no valor de R\$ 7.530.

Conforme descrito na Nota 1, a Companhia está passando por uma fase de reestruturação e análise de projeções de lucro tributável futuro. Desta forma, o Conselho de Administração optou pela constituição de 100% de provisão para recuperabilidade dos impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa.

O imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes contabilizados no resultado tem a seguinte composição:

	Consolidado – IFRS	
	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(418)	(1.773)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	29	(60.082)
	(389)	(61.855)

c. Prejuízos fiscais a compensar

A Companhia e suas controladas Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda., Reiziger Participações Ltda. e Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. possuem incentivos fiscais relevantes o que reduz significativamente a capacidade de compensação de eventuais créditos de imposto de renda e contribuições sociais diferidas. A Administração está monitorando periodicamente as renovações dos incentivos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a controladora e suas controladas possuíam prejuízos fiscais a compensar e bases negativas de contribuição social, sobre os seguintes valores-base:

	2013								
	Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabra s azaléia S.A	Vulcabras Distribuid ora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras a zaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Reiziger Particip ações Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Total
Prejuízos fiscais apurados	284.737	136.267	43.359	173.807	558.308	80.707	44.777	4.567	<u>1.326.529</u>
Base negativa de contribuição social	926.155	138.381	43.359	206.594	558.563	80.805	44.777	4.567	<u>2.003.201</u>

	Vulcabras a zaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabra s azaléia S.A	Vulcabras Distribuid ora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras a zaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Reiziger Particip ações Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Total
Prejuízos fiscais apurados	213.382	127.297	31.481	163.777	462.215	67.079	44.648	2.376	<u>1.112.255</u>
Base negativa de contribuição social	789.507	129.424	31.481	196.564	462.470	67.177	44.648	2.376	<u>1.723.647</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

10 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários (Nota 23), conforme demonstrados a seguir:

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
Depósitos judiciais				
Cíveis	398	185	151	132
Trabalhistas	26.127	23.440	1.089	2.080
Tributários	16.416	14.780	77	72
Total	<u>42.941</u>	<u>38.405</u>	<u>1.317</u>	<u>2.284</u>

Trabalhistas

Os processos trabalhistas, referem-se, principalmente, sobre hora extra, adicional noturno, férias, equiparação salarial e doença do trabalho.

Os depósitos judiciais trabalhistas dizem respeito, em sua maioria, aos valores depositados nos autos referentes a recursos ordinários, recursos de revista e penhora on line de parte dos processos trabalhistas em execução.

Cíveis

Os processos cíveis, em sua maior parte, têm como objetos pedidos de indenizações por danos materiais e/ou morais, principalmente nos casos de (i) acidentes de trabalho; ou (ii) causados por defeito da fabricação de produtos. Os depósitos judiciais cíveis são relativos a estes processos, realizados como garantia para a discussão dos valores nos mesmos pleiteados.

Tributária

Os depósitos judiciais tributários referem-se, principalmente, à Ação Ordinária n.º 98.00034141-2 em trâmite perante a 15ª Vara Federal de São Paulo, por meio da qual pretendia-se compensar impostos (PIS, COFINS, IPI e IOF) com apólices da dívida pública realizadas pelas controladas Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. Tal processo foi finalizado e o direito não foi reconhecido, sendo que atualmente aguarda-se conversão em renda da União dos valores depositados.

11 Despesas antecipadas

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
Seguros	554	433	8	-
Publicidade e propaganda	-	4.020	-	-
Eventos promocionais	341	1.128	-	-
Clubes de futebol	-	2.984	-	-
Outras	1.256	2.097	-	1
	<u>2.151</u>	<u>10.662</u>	<u>8</u>	<u>1</u>
Circulante	1.997	10.047	8	1
Não Circulante	154	615	-	-

12 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com seus administradores, suas controladoras e *Joint Operation* no Brasil e na Argentina.

Na Companhia e suas controladoras, os contratos de mútuo não possuem vencimento pré-determinado e são atualizados por taxa DI-CETIP.

a. Transações com controladora

As transações entre a controladora e controladas, que são eliminadas para fins de consolidação, foram realizadas em condições e prazos acordados entre as partes, assim representadas:

Controladora com suas controladas					
	Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia RS Consolidado	Reebok Produtos Esportivos Ltda.	2013	2012
Ativo					
Partes relacionadas	-	-	811	811	34.612
Passivo					
Partes relacionadas	-	-	-	-	85
				2013	2012
Resultado					
Outras despesas e receitas operacionais	2.400	-	-	2.400	2.400
Despesas financeiras, líquidas	545	(1)	46	590	421
Parte relacionada	Principal natureza das transações				
Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Mútuos e aluguel				
Vulcabras azaleia RS Consolidado	Mútuos				
Reebok Produtos Esportivos Ltda.	Empréstimos				

b. Operações entre sociedades controladas

Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e controladas

A controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantém com as suas controladas operações de compra, venda e mútuos financeiros destinados à cobrir necessidades temporárias de caixa, sobre os quais incidiram encargos relativos à variação do CDI, sendo os saldos assim compostos:

Controlada Vulcabras azaleia CE com suas controladas					
	Vulcabras azaleia RS Consolidado	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras azaleia Argentina S.A.	2013	2012
Ativo					
Contas a receber	5.947	-	8.489	14.436	27.369
Outros créditos	841	-	-	841	3.432
Mútuos a receber	-	-	-	-	31.390
Adiantamento para futuro aumento de capital	52.995	34.304	-	87.299	-
Passivo					
Contas a pagar	13.467	-	-	13.467	15.270
Outros débitos	216	-	-	216	-
Mútuos a pagar	3.373	-	-	3.373	1.935
				2013	2012
Resultado					
Vendas diversas - Operações mercantis	26.628	-	33.755	60.383	48.813
Compras diversas - Operações mercantis	27.988	31	-	28.019	37.438
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	454	76	-	530	3.652

Parte relacionada	Principal natureza das transações
Vulcabras azaleia RS	Operações mercantis de compra e venda de calçados e confecções, mútuos e Adiantamento para futuro aumento de capital
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda	Mútuos e Adiantamento para futuro aumento de capital
Vulcabras azaleia Argentina S.A	Operações mercantis de venda de calçados e confecções

Controladas e Joint operation ()*

	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia Argentina S.A.	2013	2012
Ativo					
Contas a receber	5.539	4.568	59.293	69.400	79.275
Partes relacionadas	-	15.646	-	15.646	14.526
Passivo					
Outras contas a pagar	-	26.216	-	26.216	-
				2013	2012
Resultado					
Receita bruta de vendas	5.684	71.912	182.774	260.370	349.459
Receita de juros de mútuo	-	1.120	-	1.120	1.123

Parte relacionada	Principal natureza das transações
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda	Operações mercantis de venda de calçados e confecções
Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Operações mercantis de venda de calçados e confecções e mútuos
Vulcabras azaleia Argentina S.A.	Operações mercantis de venda de calçados

(*) Essas transações não são eliminadas na consolidação e, portanto, estão compondo os saldos apresentados no consolidado. Correspondem às transações das controladas com a *Joint Operation*, Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda e Reebok Argentina S.A.

A Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. produz e vende os calçados e confecções da marca Reebok para as sociedades:

- Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda.: Em 2013, estava representado por um adiantamento no valor de R\$ 26.216, enquanto que em 2012 o saldo a receber era de R\$ 4.915. A receita desses produtos vendidos representava, em 2013, o montante de R\$ 48.665 (R\$ 129.050 em 2012); e
- Reebok Argentina S.A.: Em 2013, estava representado por um saldo a receber de R\$ 4.568 (R\$ 28.306 em 2012). A receita desses produtos vendidos representava em 2013 o montante de R\$ 23.247 (R\$ 57.681 em 2012).

A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. vende calçados e confecções importadas da marca Reebok para a Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda., que em 2013, estava representado por um saldo a receber de R\$ 5.539 (R\$ 4.928 em 2012). A receita desses produtos vendidos representava, em 2013, o montante de R\$ 5.684 (R\$ 24.739 em 2012).

A Vulcabras|azaleia Argentina S.A. produz e vende os calçados da marca Reebok para a Reebok Argentina S.A., que em 2013, estava representado por um saldo a receber de R\$ 59.293 (R\$ 41.126 em 2012). A receita desses produtos vendidos representava, em 2013, o montante de R\$ 182.774 (R\$ 137.989 em 2012).

Os valores de “partes relacionadas” são oriundos da devolução de participação, a título de cessão de créditos entre a Companhia e sua controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. junto a adidas International quando da criação da Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda. Os valores estão atualizados a taxa de 12% a.a. previsto em contrato. A expectativa da Administração é de que o saldo do empréstimo seja liquidado até 2015.

c. Preço de transferência

A Companhia e suas controladas analisam anualmente o preço de transferência, principalmente, nas operações entre as controladas brasileiras, Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., com as controladas Vulcabras|azaleia Argentina S.A., Calçados Azaléia Colômbia Ltda. e Calçados Azaléia Peru S.A., localizadas respectivamente na Argentina, Colômbia e Peru. Nesta análise foram considerados os seguintes principais aspectos:

- As controladas brasileiras, Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. não efetuam importações de partes relacionadas;
- As controladas brasileiras, Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., utilizam preço médio de venda praticado no mercado interno, líquido dos impostos e despesas com venda, comparando o mesmo com o preço praticado no mercado externo.
- Após a comparação das receitas de exportação com as vendas internas no mercado nacional, verificou-se que os preços praticados no mercado externo não representam menos que 90% dos preços praticados no mercado interno. Dessa forma, estas controladas foram dispensadas de arbitrar a receita reconhecida, de acordo com a Lei nº 9.430/96, e com alterações pela Lei nº 11.196/2005.

d. Remuneração da Administração

Em 30 de abril de 2013, o Conselho de Administração da Companhia em Assembléia Geral Ordinária, fixou em até R\$ 9.590, a remuneração global anual dos Administradores, que será rateada em posterior deliberação do Conselho da Administração. No exercício findo de 2013, a Companhia pagou remuneração a seus Administradores no montante de R\$ 4.252 (R\$ 6.422 em 2012).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

13 Bens destinados à venda

a. Composição do saldo

	Consolidado - IFRS	
	2013	2012
Bens destinados à venda	<u>348</u>	<u>749</u>

b. movimentação da conta

	Consolidado - IFRS		
	2013		
	Saldo inicial	Baixa	Saldo final
Bens destinados à venda	<u>749</u>	<u>(401)</u>	<u>348</u>
	<u>749</u>	<u>(401)</u>	<u>348</u>

A controlada Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui bens destinados à venda, que não estão alugados, classificados no ativo não circulante. Estes bens estão à disposição de uma imobiliária da região com venda prevista no exercício de 2014.

Descrição dos bens

- Área com 142.836,33 m², localizada na Rua Mário Mossmann estendendo-se até imediações Altos do Guarujá, Parobé-RS, área com mata nativa e parte com eucaliptos. Valor contábil residual R\$ 156;
- Área com 2.535 m², localizada na Rua Uruguai em Parobé-RS. Valor contábil residual R\$ 3;
- Área urbana de 2.030 m², composta por cinco lotes de terreno, localizada no loteamento Brenner e Feiten em Parobé-RS, com 2.030 m². Valor contábil residual de R\$ 10;
- Área com 1.053,20 m², localizada na Rua Wenceslau Escobar em Parobé-RS. Sobre esta área encontra-se edificado um telheiro de madeira com 936m² de área construída, coberto com telhas metálicas. Valor contábil residual de R\$ 16.
- Área urbana com 1.188,00m² tendo um pavilhão/depósito com Pé Direito 5,00m e 215,62m² de área edificada. Valor contábil residual de R\$ 163.

Os bens da controlada antes de serem classificados como ativos mantidos para venda são mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia. A partir de então os bens classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda, e os mesmos não são depreciados nos termos do CPC 31. Os ativos da Companhia têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

14 Investimentos

a. Composição do saldo

	Consolidado - IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
Participações societárias permanentes:				
Em controladas (d)	-	-	273.483	11.108
Em coligadas	24.396	23.329	-	-
Outros investimentos	111	280	1	1
	<u>24.507</u>	<u>23.609</u>	<u>273.484</u>	<u>11.109</u>

A controlada Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem participação de 25% na coligada PARS Participações Ltda., que por sua vez detém 62,49% na Brisa Indústria de Tecidos Tecnológicos S.A. Considerando que a Companhia tem apenas influência significativa, este investimento não é consolidado nas demonstrações financeiras, nos termos do CPC 36 (R3).

b. Movimentação dos investimentos

	Consolidado - IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
Saldos iniciais	23.609	24.399	11.109	280.620
Equivalência patrimonial (*)	898	(21)	18.587	(299.826)
Aumento de capital em investida (**)	-	-	-	30.315
Adiantamento para futuro aumento de capital em investida	-	-	243.788	-
Recebimento de dividendos	-	(769)	-	-
Saldos finais	<u>24.507</u>	<u>23.609</u>	<u>273.484</u>	<u>11.109</u>

(*) Inclui o valor de equivalência patrimonial líquido do efeito da variação cambial de suas controladas no exterior, contabilizado diretamente no patrimônio líquido da controladora, como consequência, não afeta a equivalência patrimonial registrada no resultado.

(**) No quarto trimestre de 2012, a Companhia efetuou aumento de capital na controlada Vulcabras|azaleia Argentina S.A.

c. Conciliação da equivalência patrimonial

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
Equivalência patrimonial (resultado)	898	(21)	(124.380)	(300.396)
Passivo a descoberto de controladas (passivo)	-	-	145.802	(2)
Variação cambial - controladas no exterior (patrimônio líquido)	-	-	(2.835)	572
Equivalência patrimonial, líquida (investimento)	<u>898</u>	<u>(21)</u>	<u>18.587</u>	<u>(299.826)</u>

d. Dados sobre participações diretas - Controladora

	Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.		Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.		Vulcabras azaleia Argentina S.A.		Globalcyr S.A.		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativo total	743.867	792.151	34.022	23.258	180.485	207.603	3.060	3.197	-	-
Passivo total	618.206	783.304	11.235	22.752	140.704	150.689	4.346	3.847	-	-
Capital social	553.283	553.283	10.000	10.000	62.972	62.972	1.056	1.056	-	-
Receita líquida	590.624	584.472	25.516	32.239	292.955	263.296	-	-	-	-
Resultado do exercício	(124.425)	(300.106)	(12.024)	(12.847)	(9.939)	(2.629)	(496)	(522)	-	-
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	54.308	54.308	10.000	10.000	145.143	145.143	647	647	-	-
Patrimônio líquido	125.661	8.847	22.787	506	39.781	56.914	(1.286)	(650)	-	-
Participação no capital social, no final do exercício - %	99,99%	99,99%	2,00%	2,00%	3,96%	3,96%	1,55%	1,55%	-	-
Participação societária permanente em controladas	-	8.847	455	10	1.575	2.251	-	-	2.030	11.108
Provisão para passivo descoberto de controlada	(145.792)	-	-	-	-	-	(20)	(10)	(145.812)	(10)
Adiantamento para futuro aumento de capital	271.453	-	-	-	-	-	-	-	271.453	-
Resultado de equivalência patrimonial	(124.425)	(300.029)	446	(256)	(393)	(103)	(8)	(8)	(124.380)	(300.396)

e. Dados sobre as participações indiretas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia possui participação indireta nas sociedades a seguir relacionadas, através de suas controladas Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras|azaleia Argentina S.A.:

Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

2013	Vulcabras azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia Argentina S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A
Ativo total	296.662	180.485	34.022	3.060
Passivo total	228.498	140.704	11.235	4.346
Capital social	266.000	62.972	10.000	1.056
Patrimônio líquido	68.164	39.781	22.787	(1.286)
Receita líquida	17.675	292.955	25.516	-
Resultado do exercício	(72.921)	(9.939)	(12.024)	(496)
Participação no capital social	100,00%	96,04%	98,00%	98,45%

2012	Vulcabras azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia Argentina S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A
Ativo total	351.917	207.603	23.258	3.197
Passivo total	267.099	150.689	22.752	3.847
Capital social	266.000	62.972	10.000	1.056
Patrimônio líquido	84.818	56.914	506	(650)
Receita líquida	31.988	263.296	32.239	-
Resultado do exercício	(193.027)	(2.629)	(12.847)	(522)
Participação no capital social	100,00%	96,04%	98,00%	98,45%

Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

	Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Reiziger Participações Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda	PARS Participações Ltda.	Vulcabras azaleia Sporting Goods Índia Private Limited(*)	Calçados Azaleia de Colombia Ltda.	Azaleia U.S.A. Inc.	Calçados Azaleia Peru S.A.
2013									
Ativo total	291.896	91.823	2.046	6.338	96.911	5.217	13.563	4.348	28.527
Passivo total	155.465	104.397	12.021	10.910	1	2.537	6.432	-	8.799
Capital social	454.575	14.750	3.000	10	36.116	5.788	841	19.385	1.072
Patrimônio líquido	136.431	(12.574)	(9.975)	(4.572)	96.910	2.680	7.131	4.348	19.728
Receita líquida	350.644	143.620	-	10.073	-	-	28.736	-	46.253
Resultado do exercício	(56.972)	(3.478)	(299)	(2.242)	3.596	(707)	243	(53)	(420)
Participação no capital social	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	25,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%

(*) Participação indireta.

	Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Reiziger Participações Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda	PARS Participações Ltda.	Vulcabras azaleia Sporting Goods Índia Private Limited(*)	Calçados Azaleia de Colombia Ltda.	Azaleia U.S.A. Inc.	Calçados Azaleia Peru S.A.
2012									
Ativo total	410.616	107.807	2.214	5.956	93.315	6.036	12.355	3.849	27.468
Passivo total	217.172	121.515	18.316	8.726	1	2.630	5.749	6	9.903
Capital social	454.575	14.750	3.000	10	36.116	5.788	841	19.385	1.072
Patrimônio líquido	193.444	(13.708)	(16.102)	(2.770)	93.314	3.406	6.606	3.843	17.565
Receita líquida	549.047	159.252	8.412	10.602	-	-	25.957	-	43.900
Resultado do exercício	(107.872)	(43.448)	(3.843)	(1.895)	6.190	(1.493)	965	(48)	3.476
Participação no capital social	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	25,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%

(*) Participação indireta.

15 Propriedade para investimento

a. Composição da conta

	Consolidado - IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
Imóvel	10.624	10.423	10.574	10.374
Depreciação (*)	(5.606)	(5.257)	(5.578)	(5.231)
	<u>5.018</u>	<u>5.166</u>	<u>4.996</u>	<u>5.143</u>

(*) A depreciação é calculada pelo método linear a taxa média anual de 4%, registrada em contrapartida da rubrica de despesas administrativas.

b. Movimentação do custo

Consolidado - IFRS			
2013			
	Saldo inicial	Adição	Saldo final
Imóvel	<u>10.423</u>	<u>201</u>	<u>10.624</u>
	<u>10.423</u>	<u>201</u>	<u>10.624</u>

c. Movimentação da depreciação

Consolidado - IFRS			Controladora – BRGAAP			
2013			2013			
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Imóvel	<u>(5.257)</u>	<u>(349)</u>	<u>(5.606)</u>	<u>(5.231)</u>	<u>(347)</u>	<u>(5.578)</u>
	<u>(5.257)</u>	<u>(349)</u>	<u>(5.606)</u>	<u>(5.231)</u>	<u>(347)</u>	<u>(5.578)</u>

A Companhia possui um bem imóvel substancialmente destinado à aluguel na localidade de Jundiaí - São Paulo, com 40.994,00 m² de área construída e área comum, e seu respectivo terreno medindo 111.547,00 m² classificados como propriedades para investimento. O imóvel está avaliado pelo método de custo e o valor de mercado conforme avaliação por empresas especializadas é de R\$ 75.000.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o imóvel auferiu receita de aluguel no montante de R\$ 4.929 (R\$ 4.831 em 2012) - Nota 26, registrado em outras receitas operacionais, líquidas - Receita de Aluguel. As cláusulas quarta, sétima e oitava do contrato de aluguel contemplam obrigações de manutenção e reparo na estrutura do imóvel por parte da Companhia, onde esse montante é rateado proporcional a área alugada. A área alugada para terceiros é de aproximadamente 13.485,49 m² (12.239,49 m² em 2012). Os custos decorrentes de manutenção e desgastes naturais são de responsabilidade das locatárias. A Companhia não efetuou mudanças estruturais no imóvel nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Os bens da Companhia são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção e sua depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas descritas nas tabelas. Os ativos da Companhia têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

16 Imobilizado

a. Composição da conta

		Controladora - BRGAAP			
		2013			2012
	Taxa média de depreciação % a.a.	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	9.210	(9.209)	1	-
Moldes	100	125	(125)	-	-
Móveis e utensílios	10	1.548	(1.545)	3	3
Veículos	20	169	(169)	-	-
Equipamentos de computação	20	1.808	(1.808)	-	-
Terrenos	-	159	-	159	159
Benfeitorias em bens de terceiros	20	89	(89)	-	-
		<u>13.108</u>	<u>(12.945)</u>	<u>163</u>	<u>162</u>

		Consolidado – IFRS			
		2013			2012
	Taxa média de Depreciação % a.a.	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	2 a 4	133.125	(61.986)	71.139	73.783
Máquinas e equipamentos	10	359.494	(247.547)	111.947	133.672
Moldes	100	250.861	(222.644)	28.217	30.076
Móveis e utensílios	10 a 20	24.738	(16.979)	7.759	8.440
Veículos	20	2.093	(1.737)	356	471
Equipamentos de computação	20 a 25	22.078	(18.612)	3.466	3.445
Terrenos	-	4.490	-	4.490	4.873
Obras em andamento	-	3.605	-	3.605	2.783
Instalações industriais	10	40.758	(26.573)	14.185	16.395
Benfeitorias em bens de terceiros	10 a 20	605	(523)	82	78
Importações em andamento	-	33	-	33	11
Adiantamentos a fornecedores	-	118	-	118	3
Outros	10 a 20	<u>8.889</u>	<u>(5.540)</u>	<u>3.349</u>	<u>3.845</u>
		<u>850.887</u>	<u>(602.141)</u>	<u>248.746</u>	<u>277.875</u>

b. Movimentação do custo

Em 2013

	Controladora - BRGAAP			
	2012	2013		
	Saldo inicial	Adição	Baixa	Saldo final
Máquinas e equipamentos	9.208	2	-	9.210
Moldes	125	-	-	125
Móveis e utensílios	1.549	-	(1)	1.548
Veículos	169	-	-	169
Equipamentos de computação	1.808	-	-	1.808
Terrenos	159	-	-	159
Benfeitorias em bens de terceiros	89	-	-	89
	<u>13.107</u>	<u>2</u>	<u>(1)</u>	<u>13.108</u>

	2012	Consolidado – IFRS			
		2013			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	131.507	3.106	(1.488)	-	133.125
Máquinas e equipamentos	365.370	3.054	(8.930)	-	359.494
Moldes	228.725	34.587	(12.451)	-	250.861
Móveis e utensílios	24.208	1.320	(790)	-	24.738
Veículos	2.437	50	(394)	-	2.093
Equipamentos de computação	20.230	2.332	(484)	-	22.078
Terrenos	4.873	-	(383)	-	4.490
Obras em andamento	2.783	6.041	(5.160)	(59)	3.605
Instalações industriais	40.280	523	(45)	-	40.758
Benfeitorias em bens de terceiros	639	-	(34)	-	605
Importações em andamento	11	485	(522)	59	33
Adiantamentos a fornecedores	3	115	-	-	118
Aeronave	5.077	-	(5.077)	-	-
Outros	9.764	1.355	(2.230)	-	8.889
	<u>835.907</u>	<u>52.968</u>	<u>(37.988)</u>	<u>-</u>	<u>850.887</u>

Em 2012

	Controladora - BRGAAP		
	2011	2012	
	Saldo inicial	Transferência	Saldo final
Máquinas e equipamentos	9.208	-	9.208
Moldes	125	-	125
Móveis e utensílios	1.549	-	1.549
Veículos	169	-	169
Equipamentos de computação	1.808	-	1.808
Terrenos	159	-	159
Benfeitorias em bens de terceiros	89	-	89
Instalações industriais	5.343	(5.343)	-
	<u>18.450</u>	<u>(5.343)</u>	<u>13.107</u>

	2011	Consolidado – IFRS			
		2012			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	131.916	-	(409)	-	131.507
Máquinas e equipamentos	367.829	9.629	(11.859)	(229)	365.370
Moldes	204.100	31.359	(6.734)	-	228.725
Móveis e utensílios	23.662	633	(155)	68	24.208
Veículos	2.220	337	(120)	-	2.437
Equipamentos de computação	20.017	523	(345)	35	20.230
Terrenos	5.091	2	(220)	-	4.873
Obras em andamento	2.019	1.936	(6)	(1.166)	2.783
Instalações industriais	44.336	315	(32)	(4.339)	40.280
Benfeitorias em bens de terceiros	636	28	(25)	-	639
Importações em andamento	563	338	(890)	-	11
Adiantamentos a fornecedores	1.439	848	(2.284)	-	3
Aeronave	4.689	388	-	-	5.077
Outros	9.143	573	(191)	239	9.764
	<u>817.660</u>	<u>46.909</u>	<u>(23.270)</u>	<u>(5.392)</u>	<u>835.907</u>

c. Movimentação da depreciação

Em 2013

Não tivemos movimentação de depreciação para controladora em 2013

	2012	Consolidado – IFRS			
		2013			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	(57.724)	(4.353)	91	-	(61.986)
Máquinas e equipamentos	(231.698)	(24.949)	9.100	-	(247.547)
Moldes	(198.649)	(34.576)	10.581	-	(222.644)
Móveis e utensílios	(15.768)	(1.614)	403	-	(16.979)
Veículos	(1.966)	(90)	319	-	(1.737)
Equipamentos de computação	(16.785)	(2.040)	213	-	(18.612)
Instalações industriais	(23.885)	(2.701)	13	-	(26.573)
Benfeitorias em bens de terceiros	(561)	(19)	57	-	(523)
Aeronave	(5.077)	-	5.077	-	-
Outros	(5.919)	(853)	1.232	-	(5.540)
	(558.032)	(71.195)	27.086	-	(602.141)

Em 2012

	2011	Controladora - BRGAAP			
		2012			
	Saldo inicial	Adições	Baixa	Transferência	Saldo final
Máquinas e equipamentos	(9.209)	-	1	-	(9.208)
Moldes	(125)	-	-	-	(125)
Móveis e utensílios	(1.545)	(1)	-	-	(1.546)
Veículos	(169)	-	-	-	(169)
Equipamentos de computação	(1.808)	-	-	-	(1.808)
Benfeitorias em bens de terceiros	(89)	-	-	-	(89)
Instalações industriais	(3.745)	(127)	-	3.872	-
	(16.690)	(128)	1	3.872	(12.945)

	Consolidado – IFRS				
	2011	2012			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	(53.321)	(4.406)	3	-	(57.724)
Máquinas e equipamentos	(211.125)	(26.390)	5.817	-	(231.698)
Moldes	(157.559)	(46.028)	4.938	-	(198.649)
Móveis e utensílios	(13.899)	(1.960)	91	-	(15.768)
Veículos	(1.968)	(95)	97	-	(1.966)
Equipamentos de computação	(15.417)	(1.698)	330	-	(16.785)
Instalações industriais	(24.732)	(3.051)	-	3.898	(23.885)
Benfeitorias em bens de terceiros	(556)	(5)	-	-	(561)
Aeronave	(703)	(4.374)	-	-	(5.077)
Outros	(4.871)	(1.093)	45	-	(5.919)
	(484.151)	(89.100)	11.321	3.898	(558.032)

Os juros de empréstimos e financiamentos não foram capitalizados no custo do ativo imobilizado em andamento, dado que os principais contratos estão relacionados a aquisições de máquinas e equipamentos colocados em funcionamento imediato.

A Companhia possui alguns bens que foram dados como garantia de financiamentos - Vide detalhes Nota 20.

A Companhia e suas controladas decidiram pelo não registro do custo atribuído por entender que os bens estavam ao seu valor justo quando da aquisição da Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. uma vez que os bens haviam sido reavaliados anteriormente e, portanto, já tinham seus registros pelos valores justos. Da mesma forma a vida útil dos bens foi revista em 31 de dezembro de 2013. A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil.

17 Intangível

a. Composição da conta

	Consolidado - IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
Vida útil definida				
Software	26.964	26.059	785	784
Cessão de direito (d)	90.152	73.461	-	-
Amortização acumulada - Software	(22.360)	(20.696)	(785)	(784)
Amortização acumulada - Cessão de direito	(69.879)	(62.776)	-	-
	24.877	16.048	-	-
Vida útil indefinida				
Marcas e patentes	2.075	1.662	111	107
Ágio (e)	199.848	199.848	-	-
	201.923	201.510	111	107
	226.800	217.558	111	107

A amortização mensal dos ativos intangíveis é registrada em contrapartida do resultado no grupo de custos das vendas (Software industrial) e despesas de vendas (Cessão de direitos).

b. Movimentação do custo

Consolidado – IFRS						
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 2012	Adições	Baixas	Saldo em 2013
Vida útil definida						
Software	10 anos	Linear	26.059	1.775	(870)	26.964
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	73.461	18.706	(2.015)	90.152
Vida útil indefinida						
Marcas e patentes	Indefinida	-	1.662	413	-	2.075
Ágio	-	-	199.848	-	-	199.848
Total			<u>301.030</u>	<u>20.894</u>	<u>(2.885)</u>	<u>319.039</u>

Consolidado – IFRS						
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 2011	Adições	Baixas	Saldo em 2012
Vida útil definida						
Software	10 anos	Linear	25.129	1.123	(193)	26.059
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	68.055	5.406	-	73.461
Vida útil indefinida						
Marcas e patentes	Indefinida	-	1.588	87	(13)	1.662
Ágio	-	-	199.848	-	-	199.848
Total			<u>294.620</u>	<u>6.616</u>	<u>(206)</u>	<u>301.030</u>

c. Movimentação da Amortização

Consolidado – IFRS						
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 2012	Adições	Baixas	Saldo em 2013
Vida útil definida						
Software	10 anos	Linear	(20.696)	(2.464)	800	(22.360)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	<u>(62.776)</u>	<u>(7.455)</u>	<u>352</u>	<u>(69.879)</u>
Total			<u>(83.472)</u>	<u>(9.919)</u>	<u>1.152</u>	<u>(92.239)</u>

Consolidado – IFRS						
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 2011	Adições	Baixas	Saldo em 2012
Vida útil definida						
Software	10 anos	Linear	(18.024)	(2.672)	-	(20.696)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	<u>(44.474)</u>	<u>(18.302)</u>	<u>-</u>	<u>(62.776)</u>
Total			<u>(62.498)</u>	<u>(20.974)</u>	<u>-</u>	<u>(83.472)</u>

d. Cessão de direito

- Refere-se a contrato de licenciamento de marca e simbologia na confecção, bem como venda de produtos com fornecimento de materiais esportivos, com propaganda e outras avenças celebrados com o clube de futebol Cruzeiro Esporte Clube pelo prazo de 36 meses. Este contrato é aditado na medida em que ocorrem seu vencimento e a Companhia possui preferência na negociação, com isso as controladas Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. obrigam-se ao:

d.1 Pagamento de percentual das vendas de réplicas dos uniformes a título de royalties com garantia de mínimos anuais;

d.2 Fornecimento ao clube de determinadas quantidades anuais de peças dos produtos licenciados para divulgação da marca Olympikus, dentro dos padrões de qualidade, com nome do patrocinador institucional e dentro das Normas Consolidadas do Futebol Brasileiro editadas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF);

d.3 Pagamento de prêmios por conquistas de campeonatos regionais, nacionais e internacionais; e

d.4 Pagamento de determinadas verbas anuais de marketing.

A cessão de direito se caracteriza pela divulgação da marca com exclusividade pelo Cruzeiro Esporte Clube e CBV (Confederação Brasileira de Vôlei). A Companhia avalia periodicamente o retorno de cada contrato.

e. Ágio na combinação de negócio

Os saldos de ágio apurados nas aquisições de participações societárias estão suportados por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas; em 2009, deixaram de ser amortizados por serem ativos de vida útil indefinida, conforme deliberação nº 553/08 da CVM e CPC01 (R1), e são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade, conforme Nota 18.

f. Pesquisa e desenvolvimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou no resultado na rubrica “custo dos produtos vendidos” o montante de R\$ 22.641 (R\$ 30.009 em 2012), que se refere à pesquisa e desenvolvimento.

18 Análise de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis

a. Tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi realizado teste de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

O teste de recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, visto que o valor recuperável excede o valor líquido na data da avaliação.

b. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e soma R\$ 199.848 em 31 de dezembro de 2013.

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de licenças e ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o conceito do valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado.

O teste de recuperação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, visto que o valor recuperável excede o valor líquido na data da avaliação.

c. Principais premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis considerou-se a Vulcabras|azaleia S.A. como uma única unidade geradora de caixa.

A Companhia realizou teste de valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis em 31 de dezembro de 2013 por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 6 (seis) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Para desconto dos fluxos de caixa futuros utilizou-se o IGPM-FGV de 5,51%, em

substituição a taxa ANBID, utilizada até 2012 (2012: taxa ANBID de 6,15%).

A estimativa do valor em uso utilizou as seguintes premissas:

Receitas

O volume e o preço de venda foram projetados mês a mês tomando como base o potencial de compra de cada cliente de suas regiões de atuação.

Após a consolidação dos dados foram feitas revisões até que se obtivesse a melhor projeção possível de cada região e, conseqüentemente, a melhor previsão das vendas consolidadas.

Custo

O custo dos produtos vendidos foi projetado com base no critério de absorção de custos de cada planta para cada divisão de negócios.

Após a definição da projeção de vendas foi projetada a distribuição da necessidade de produção de acordo com a capacidade instalada e o nível de eficiência a ser obtido em cada planta.

Os demais custos indiretos de fabricação foram embasados nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos indiretos de cada localidade.

Despesas

As despesas variáveis de vendas, exceto royalties, foram projetadas com base nos percentuais históricos sobre a receita operacional bruta.

As despesas administrativas e gerais de vendas foram embasadas nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos de cada localidade.

19 Fornecedores

a. Composição da conta

	Consolidado - IFRS		Controladora BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
Fornecedores				
No país				
Diversos	52.568	50.301	56	198
No exterior				
Diversos	28.080	32.217	-	-
	80.648	82.518	56	198

b. Por vencimento

	Consolidado - IFRS	
	2013	2012
A vencer		
1 a 30 dias	59.198	73.264
31 a 60 dias	20.141	8.076
61 a 90 dias	854	471
Acima de 90 dias	43	15
	<u>80.236</u>	<u>81.826</u>
Vencidos		
1 a 30 dias	232	119
31 a 60 dias	8	26
61 a 90 dias	2	51
Acima de 90 dias	170	496
	<u>412</u>	<u>692</u>
	<u>80.648</u>	<u>82.518</u>

c. Concentração da carteira

	Consolidado – IFRS			
	2013		2012	
Fornecedores (partes não relacionadas)				
Maior fornecedor	3.081	4%	3.673	4%
2º a 11º maiores fornecedores	11.554	14%	11.740	14%
12º a 50º maiores fornecedores	15.491	19%	15.608	18%
Outros fornecedores	50.522	63%	51.497	64%
Total de fornecedores (partes não relacionadas)	80.648	100%	82.518	100%

Em atendimento a Deliberação nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável. Os Fornecedores de curto prazo foram trazidos a valor presente em 31 de dezembro de 2013 com base na taxa ANBID e como resultado dessa avaliação não apresenta diferenças significativas, face ao curto prazo médio de pagamento, em torno de 38 dias (27 dias em 2012) da maioria dos débitos da Companhia e de suas controladas. Por esta razão, tais diferenças não foram levadas a efeito no resultado.

20 Financiamentos e empréstimos

a. Composição da conta

<u>Em Moeda</u>	<u>Indexadores</u>	<u>Juros</u>	<u>Aval</u>	<u>Garantia</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Nacional</u>							
BNB - Cédula de Crédito Industrial	Taxa Fixa	10,0% a.a. (25,0% bônus de adimplência)	Aval da Vulcabras azaleia RS	Hipoteca de 1º grau imóvel Itapetinga-BA, alienação fiduciária e penhor de evolutivas.	2016	18.937	26.512
BNB - Cédula de Crédito Industrial	Taxa Fixa	10,0% a.a. (25,0% bônus de adimplência)		Hipoteca de 8º grau imóvel Horizonte-CE, alienação fiduciária e penhor de máquinas e equipamentos.	2019	18.094	19.311
BNB - Cédula de Crédito Industrial	CDI	CDI + 0,3% a.m.	Aval Vulcabras azaleia CE, Vulcabras azaleia SE e Vulcabras azaleia RS	Hipoteca de 2º grau imóvel Itapetinga-BA; Hipoteca de 9º grau imóvel Horizonte- CE e Cessão de Duplicatas.	2015	30.869	52.608
BNB - Nota de Crédito à Exportação	Taxa Fixa	10,0% a.a. (25,0% bônus de adimplência)	Aval Vulcabras azaleia CE, Vulcabras azaleia BA, Vulcabras azaleia SE e Vulcabras azaleia RS		2013	-	20.464
BNDES Revitaliza Reestruturação	TJLP	4,6% a.a	Aval Pedro Grendene/ Interveniente Verona Negócios e Participações S.A. e Vulcabras azaleia S.A.	Penhor de 59.108.541 ações ordinárias nominativas de emissão da Grendene S/A de propriedade da Verona Neg. Part. S/A.	2018	168.083	207.616
BNDES PSI - Inovação	TJLP	1,4% a 4,0% a.a.		Fiança Bancária - Itaú BBA	2014 a 2015	3.675	8.638
BNDES PSI - Inovação	Taxa Fixa	4,5% a.a.		Fiança Bancária - Itaú BBA	2015	11.328	18.877
Banco do Brasil/ Itaú BBA/ Votorantim - Finames	Taxa Fixa	4,5% a 5,5% a.a.	Aval Vulcabras azaleia S.A. ou Vulcabras azaleia RS	Nota Promissória e Alienação Fiduciária	2015 a 2016	3.002	4.716
FINEP - Programa Inova Brasil	TJLP	5,0% a.a (equalização TJLP - 0,3% a.a)	Aval da Vulcabras azaleia CE		2018	18.043	22.373
FINEP - PSI/ Finep	Taxa Fixa	4,0% a.a.	Aval da Vulcabras azaleia CE		2019	39.751	44.705
Caixa Econômica Federal - Nota de Crédito à Exportação	CDI	115,0% do CDI	Aval da Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de Duplicatas	2016	200.513	200.305
Bradesco - Nota de Crédito à Exportação	CDI	131,0% do CDI	Aval da Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de Duplicatas e Títulos de Capitalização	2014	71.047	70.730
HSBC - Cédula de Crédito Bancário	CDI	140,0% do CDI	Aval Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de Duplicatas	2013	-	15.636
Safra - Cédula de Crédito Bancário	CDI	CDI + 0,2% a.m.		Cessão de Duplicatas	2014	5.338	34.201

PanAmericano - Cédula de Crédito Bancário	CDI	CDI + 5,5% a.a.	Aval Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de Duplicatas	2014	7.045	18.088
BTG Pactual - Emissão de Notas Promissórias	CDI	110,0% do CDI			2014	-	40.658
Itaú BBA - BNDES Revitaliza Exportação	Taxa Fixa	8,0% a.a.	Aval Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de Duplicatas	2014	50.462	50.483
Banco do Brasil – BNDES Revitaliza Exportação	Taxa Fixa	8,0% a.a.	Aval Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de Duplicatas	2015	40.275	-
Sofisa - Cédula de Crédito à Exportação	CDI	CDI + 0,4% a.m.	Aval Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de Duplicatas	2014	15.089	30.176
Bradesco - Conta Garantida	CDI	CDI + 0,3% a.m.			2014	1	12.859
Subtotal em Moeda Nacional						<u>701.552</u>	<u>898.956</u>
<u>Em Moeda Estrangeira</u>							
Itaú/ Patagonia/ BBVA Francés - Argentina - Empréstimos em Pesos	Taxa Fixa	21,5% a 27,5% a.a.	Aval da Vulcabras azaleia CE e Vulcabras azaleia S.A.	Carta de Crédito Standby no Banco do Brasil , Bradesco e Itaú.	2014	86.502	79.296
Bradesco - Financiamento de Importação	Libor	Libor 6M + 3,5% a.a.	Aval Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de Duplicatas e Nota Promissória	2014	2.289	8.434
Safrá - Financiamento de Importação	Libor ou Taxa Fixa	Libor 6M + 3,1% a.a. ou Taxa Fixa de 3,4% a.a. + Comissão de 0,6% a.a.		Cessão de Duplicatas e Nota Promissória	/2014	9.128	22.515
HSBC - Financiamento de Importação	Libor	Libor 2M + 0,7% a.a.+ Comissão 3,0% a.a.	Aval Vulcabras azaleia CE	Cessão de Duplicatas e Nota Promissória	2013	-	888
Bradesco/ HSBC - Pré Pagamento de Exportação	Libor	Libor 6M + 4,8% a.a.	Aval Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de Duplicatas e Nota Promissória	2014	14.221	19.616
Subtotal em Moeda Estrangeira						<u>112.140</u>	<u>130.749</u>
<u>Total de Empréstimos</u>						<u>813.692</u>	<u>1.029.705</u>
Circulante						373.568	457.246
Não Circulante						440.124	572.459

				Controladora BRGAAP	
Em moeda nacional	Indexadores	Juros	Vencimentos	2013	2012
BTG Pactual – Emissão de Notas Promissórias	CDI	110,0% do CDI	2013	-	40.658
Total de empréstimos				-	40.658
Circulante				-	40.658

Os montantes classificados no grupo passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	Consolidado - IFRS	
	2013	2012
2015	100.162	156.779
2016	257.339	75.717
2017	53.517	257.339
Após 2017	29.106	82.624
Total	440.124	572.459

b. Avais e garantias

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidas notas promissórias avalizadas, alienação fiduciária de bens, penhor de máquinas e equipamentos, caução de duplicatas, fiança bancária e hipoteca dos prédios industriais da Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

Os financiamentos contratados em Pesos Argentinos, pela subsidiária naquele país – Vulcabras|azaleia Argentina S.A – estão garantidos por avais da controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A em Cartas de Crédito Standby.

c. Cláusulas restritivas

Alguns financiamentos contratados, em especial os efetuados com o BNDES, BNB, FINEP e Financiamentos à Exportação, em suas diversas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação documental e física, as aquisições de imobilizados, volumes de exportações realizadas e objetivos alçados em P&D. Essas cláusulas são controladas e vem sendo plenamente atendidas dentro dos prazos definidos nos contratos. A Companhia não tem conhecimento de outras cláusulas restritivas.

A Companhia e suas controladas não têm conhecimento de fatos ou circunstâncias que indiquem situação de desconformidade ou que venha causar o não cumprimento das cláusulas restritivas.

d. Novos financiamentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi feita uma nova captação de financiamento à exportação, junto ao Banco do Brasil S/A, no valor de R\$ 40.000, dentro do programa BNDES Revitaliza Exportação. E uma segunda Emissão de Notas Promissórias, no valor de R\$ 48.000 junto ao Banco BTG Pactual.

Além dessas operações, em 2013, não ocorreram novas contratações junto às instituições de crédito, apenas renovações de alguns contratos com vencimentos no exercício.

e. Valores contratados e não utilizados

Em 31 de dezembro de 2013, os limites de conta garantida contratados e não utilizados, junto ao Banco Bradesco S/A, totalizavam R\$ 10.000 para a controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A, R\$ 5.000 para a controlada Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A, R\$ 5.000 para a controlada Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.

21 Financiamentos incentivados (Consolidado)

A controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., situada no Estado do Ceará, goza de incentivos fiscais estaduais de financiamento para investimentos próprios de suas áreas de instalação e das atividades que desenvolvem.

Em 31 de dezembro de 2013, a conta de financiamentos incentivados na controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. registra no passivo circulante e não circulante o montante de R\$ 6.964 (R\$ 5.895 em 2012), relativos aos incentivos do PROVIN calçados, PROVIN confecções e PROAPI descritos na Nota 33.

Os financiamentos incentivados têm seus vencimentos assim programados:

	Consolidado - IFRS	
	2013	2012
Vencimentos		
2013	-	368
2014	1.601	1.524
2015	1.970	1.875
2016	1.126	433
2017	1.781	1.695
2018	486	-
	<u>6.964</u>	<u>5.895</u>
Circulante	1.601	368
Não circulante	5.363	5.527

22 Programa de Recuperação Fiscal -

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS - Lei nº 9.964/00), visando um sistema especial de parcelamento e pagamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes em 29 de fevereiro de 2000. Para liquidação dos valores correspondentes às multas e juros foram oferecidos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa de contribuição social.

Em outubro de 2009, a Companhia optou pela migração dos débitos incluídos no REFIS para o novo parcelamento concedido pela Lei nº 11.941/09. Esta migração foi homologada pela Receita Federal, sendo a consolidação efetivada em 30 de junho de 2011.

Além da Companhia, as seguintes controladas também aderiram ao parcelamento da lei nº 11.941/09: (i) Vulcabras|azaleia - CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.; (ii) Vulcabras|azaleia - RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.; (iii) Vulcabras|azaleia - BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.; e (iv) Vulcabras|azaleia - SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo a pagar do REFIS apresentou a seguinte movimentação:

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
Saldos iniciais	1.825	3.743	1.421	1.964
Encargos TJLP, honorários, multas e juros	77	151	51	100
Compensação de precatórios (*)	(1.083)	-	(778)	-
Amortizações	<u>(490)</u>	<u>(2.069)</u>	<u>(490)</u>	<u>(643)</u>
Saldos finais	<u>329</u>	<u>1.825</u>	<u>204</u>	<u>1.421</u>
Circulante	329	1.268	204	864
Não circulante	-	557	-	557

(*) A Companhia e controlada Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possuíam, um saldo a receber da Receita Federal do Brasil, referente a precatórios oriundos de processos judiciais tributários ganhos pela Companhia. Sendo que estes valores foram compensados com o REFIS a pagar, desta forma foram registrados:

1. O valor a receber/compensar no ativo, no valor total dos precatórios devidamente atualizados.
2. A compensação de valores a título da solicitação acima discriminada.

23 Provisões

A Companhia e as suas controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, dentre outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, segue os critérios de reconhecimento das provisões estabelecido pela Deliberação CVM nº 489/05 e CPC 25, que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver obrigação presente decorrente de evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer dessas condições não for atendida, não deve ser constituída uma provisão, podendo eventualmente ser necessária a divulgação de uma contingência passiva.

A análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso e as classificou como circulante e não circulantes, como se segue:

a. Composição dos saldos

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
Provisão para demandas judiciais e administrativas				
Cíveis	1.832	1.026	643	145
Trabalhistas	48.746	51.308	1.662	2.429
Tributárias	17.346	22.226	214	6.861
Provisão para indenizações	<u>15.357</u>	<u>15.806</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	83.281	90.366	2.519	9.435
Circulante	50.512	49.582	1.705	2.456
Não Circulante	32.769	40.784	814	6.979

b. Ações trabalhistas (Consolidado)

Estas ações referem-se, substancialmente, a pedidos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, insalubridade, periculosidade, férias, FGTS e aviso prévio.

A Companhia em conjunto com seus consultores jurídicos reanalisaram para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a probabilidade de perda dos processos trabalhistas.

c. Ações cíveis (Consolidado)

Ações cíveis, em sua maioria pleiteando indenização por danos morais e materiais.

d. Ações tributárias (Consolidado)

Referem-se principalmente Ação Ordinária n.º 98.00034141-2 em trâmite perante a 15ª Vara Federal de São Paulo, por meio da qual pretendia-se compensar impostos (PIS, COFINS, IPI e IOF) com apólices da dívida pública realizadas pelas controladas Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. Tal processo foi finalizado e o direito não foi reconhecido, sendo que atualmente aguarda-se conversão em renda da União dos valores depositados; e também por autuações estaduais e federais. que se encontram em julgamento nos respectivos órgãos.

e. Provisão para indenizações

A provisão para indenizações cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 no passivo não circulante é de R\$ 15.357 (R\$ 15.806 em 2012), corresponde a provisão com base em estimativa do valor a pagar com indenizações a representantes, que poderão resultar em desembolso futuro de caixa, quando da rescisão de contrato. Os valores das indenizações foram calculados em 1/12 avos sobre as comissões pagas aos representantes até 31 de dezembro de 2008, sendo o saldo atualizado pelo índice IGP-M, refletindo valores presentes da obrigação.

Os efeitos da provisão para indenização são registrados em contrapartida do resultado na rubrica despesas com vendas.

f. Movimentação dos processos no exercício

Em 2013

Natureza	Controladora – BRGAAP			
	2012	2013		
	Saldo inicial	Adições/ Reversões	Utilização	Saldo final
Cíveis	145	532	(34)	643
Trabalhistas	2.429	778	(1.545)	1.662
Tributárias	6.861	(3.582)	(3.065)	214
	9.435	(2.272)	(4.644)	2.519

Natureza	Consolidado – IFRS			
	2012	2013		
	Saldo inicial	Adições/ Reversões	Utilização	Saldo final
Cíveis	1.026	942	(136)	1.832
Trabalhistas	51.308	13.446	(16.008)	48.746
Tributárias	22.226	(1.815)	(3.065)	17.346
Indenizações	15.806	586	(1.035)	15.357
	90.366	13.159	(20.244)	83.281

Em 2012

Natureza	Controladora – BRGAAP			
	2011	2012		
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Saldo final
Cíveis	540	-	(395)	145
Trabalhistas	2.213	1.114	(898)	2.429
Tributárias	205	6.656	-	6.861
	<u>2.958</u>	<u>7.770</u>	<u>(1.293)</u>	<u>9.435</u>

Natureza	Consolidado – IFRS			
	2011	2012		
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Saldo final
Cíveis	1.297	202	(473)	1.026
Trabalhistas	24.878	43.542	(17.112)	51.308
Tributárias	13.609	9.747	(1.130)	22.226
Indenizações	14.661	1.145	-	15.806
	<u>54.445</u>	<u>54.636</u>	<u>(18.715)</u>	<u>90.366</u>

Contingências

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

A composição dos valores em discussão em diversas instâncias de processos, cuja expectativa de perdas é possível, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, era como segue

	Consolidado - IFRS	
	2013	2012
Contingências		
Cíveis	10.856	10.983
Trabalhistas	29.776	19.605
Tributárias	56.145	52.273
Total	<u>96.777</u>	<u>82.861</u>

24 Patrimônio líquido (Controladora)

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 565.913 (R\$ 208.597 em 2012) está representado por 740.921.384 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (280.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 2012) conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	Controladora – BRGAAP			
	2013		2012	
	Ações ordinárias	Total de ações	Ações ordinárias	Total de ações
Gold Negócios e Participações Ltda.	149.796.072	149.796.072	149.796.072	149.796.072
Gianpega Negócios e Participações S.A.	312.885.228	312.885.228	88.625.984	88.625.984
Pedro Grendene Bartelle	144.465.919	144.465.919	22.039.476	22.039.476
Outros	133.774.165	133.774.165	19.538.468	19.538.468
	<u>740.921.384</u>	<u>740.921.384</u>	<u>280.000.000</u>	<u>280.000.000</u>

Aumento de capital

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de agosto de 2013, foi deliberado e aprovado o aumento de capital, no valor de R\$ 106.751, correspondentes a 56.782.447 ações ordinárias, integralizadas mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$ 100.000, e o restante, no valor de R\$ 6.751, em moeda corrente.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de novembro de 2013, foi deliberado e aprovado o aumento de capital, no valor de R\$ 250.565, correspondentes a 404.138.937 ações ordinárias, integralizadas mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$ 200.040, e o restante em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 50.525.

A Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000.

b. Reservas

• Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, de suas controladas, a Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 11.807 (R\$ 15.345 em 2012).

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. Conforme alteração e facultado pela Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter as reservas de reavaliação até sua completa realização.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica ajustes de avaliação patrimonial inclui: alterações líquidas acumuladas no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os investimentos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável e ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de Ajuste de avaliação patrimonial é negativo em R\$ 10.442 (R\$ 7.607 negativo em 2012).

d. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de agosto de 2013, foi deliberado e aprovado o aumento de capital, mediante a capitalização de crédito de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no valor de R\$ 100.000, que os acionistas controladores detinham contra a Companhia.

25 Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício.

	Consolidado – IFRS	
	2013	2012
Receita operacional bruta		
Venda e revenda de produtos		
Mercado interno	1.097.773	1.356.720
Mercado externo	431.777	417.956
Serviços prestados	4.132	3.411
	<u>1.533.682</u>	<u>1.778.087</u>
Deduções		
Impostos sobre as vendas e serviços	(156.395)	(201.678)
Devoluções e abatimentos	(50.450)	(93.284)
	<u>(206.845)</u>	<u>(294.962)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>1.326.837</u></u>	<u><u>1.483.125</u></u>

26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
Receita de aluguel	2.605	2.511	4.929	4.831
Reembolso de despesas	21.679	20.215	-	-
Provisão para contingências	(12.143)	(51.585)	2.400	(7.651)
Venda de sucata	845	422	-	-
Lucro na venda de ativo fixo	7.098	4.035	-	-
Empréstimo compulsório sobre energia elétrica	-	4.866	-	4.866
Outros	1.212	(3.927)	(2.762)	(965)
	<u>21.296</u>	<u>(23.463)</u>	<u>4.567</u>	<u>1.081</u>

Os reembolsos de despesas decorrem principalmente de infra-estrutura administrativa gerada para atender as empresas na Argentina Grendene Argentina S.A. e Reebok Argentina S.A. e também reembolsos de impostos com a Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda.

27 Despesas com vendas

	Consolidado - IFRS	
	2013	2012
Comissões	(33.738)	(37.835)
Frete	(42.593)	(56.329)
PDD	(803)	(1.389)
Propaganda	(78.598)	(152.968)
Royalties	(6.344)	(14.513)
Gastos com pessoal	(18.289)	(22.611)
Gastos fixos	(14.960)	(17.207)
Gastos semi-variáveis	(4.056)	(3.170)
	<u>(199.381)</u>	<u>(306.022)</u>

28 Despesas administrativas

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
Gastos com pessoal	(53.072)	(60.723)	(10)	(24)
Serviços de terceiros	(27.232)	(20.654)	(2.724)	(3.407)
Alugueis	(4.856)	(3.364)	349	2.221
Viagens e Estadias	(2.117)	(2.564)	(4)	(17)
Segurança	(1.745)	(3.784)	(419)	(686)
Litígios e Impostos	(1.444)	(1.937)	(270)	(339)
Informática e Telecomunicação	(3.918)	(3.602)	(16)	(27)
Energia elétrica, Água e Esgoto.	(703)	(2.659)	(34)	(1.889)
Manutenção, Limpeza e Meio ambiente.	(4.068)	(5.538)	(96)	(263)
Outros	(8.711)	(8.787)	(886)	(1.186)
	<u>(107.866)</u>	<u>(113.612)</u>	<u>(4.110)</u>	<u>(5.617)</u>

29 Resultado financeiro

	Consolidado – IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
Despesas financeiras				
Juros	(90.894)	(108.304)	(3.430)	(3.772)
Variações monetárias passivas	(1.187)	(392)	-	-
Variações cambiais passivas	(25.440)	(15.436)	-	-
Desconto de pontualidade	(5.664)	(5.654)	-	-
Descontos concedidos	(1.357)	(3.265)	-	-
Tarifas bancárias	(4.654)	(6.684)	(20)	(2)
IOF	(2.035)	(11.084)	(140)	(416)
Outros	(11.211)	(11.180)	(2)	(48)
	<u>(142.442)</u>	<u>(161.999)</u>	<u>(3.592)</u>	<u>(4.238)</u>
Receitas financeiras				
Juros	5.184	4.455	823	1.166
Variações monetárias ativas	142	509	-	-
Variações cambiais ativas	18.019	13.566	-	-
Receita de aplicações	1.267	1.298	10	18
Descontos obtidos	453	510	2	-
Outros	-	24	-	-
	<u>25.065</u>	<u>20.362</u>	<u>835</u>	<u>1.184</u>
Resultado financeiro	<u>(117.377)</u>	<u>(141.637)</u>	<u>(2.757)</u>	<u>(3.054)</u>

30 Resultado por ação

Em atendimento ao IAS 33/CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

O cálculo básico do resultado por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possui ações preferenciais emitidas e ações potenciais em circulação que possam afetar a diluição do resultado por ação nos termos do CPC 41.

O quadro a seguir apresenta os cálculos do lucro básico e diluído por ação.

	Quantidade de ações ordinárias	
	2013	2012
Resultado atribuível aos acionistas	(126.680)	(307.986)
Média ponderada das ações em circulação durante o exercício	471.119.146	280.000.000
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	(0,27)	(1,10)

31 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão identificados a seguir:

		Consolidado – IFRS			
		2013		2012	
Descrição	Classificação	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	46.672	46.672	57.715	57.715
Aplicações financeiras	Títulos disponíveis para venda	12.247	12.247	12.184	12.184
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	354.863	354.863	379.567	379.567
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	27.619	27.619	25.070	25.070
Partes relacionadas - Ativo	Empréstimos e recebíveis	16.457	16.457	15.279	15.279
Empréstimos e financiamentos:					
Em moeda nacional	Passivo financeiro não derivativo	701.552	701.552	898.956	898.956
Em moeda estrangeira	Passivo financeiro não derivativo	112.140	112.140	130.749	130.749
Fornecedores	Passivo financeiro não derivativo	80.648	80.648	82.518	82.518
Partes relacionadas - Passivo	Empréstimos e recebíveis	-	-	57.000	57.000

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justo (fair value)

Aplicações financeiras

Para as aplicações financeiras o valor justo contra o resultado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações. As aplicações possuem remuneração baseada em percentual do DI - CETIP e estão atualizados na data de 31 de dezembro de 2013.

Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos é calculado na data de 31 de dezembro de 2013 pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamento. Ao comparar os modelos de operações de empréstimos e financiamentos, onde as principais operações são com o BNDES, Banco do Nordeste do Brasil - BNB e FINEP encontramos atualmente taxas de juros aplicáveis a esses instrumentos idênticas aos contratos que estão firmados, considerando o objetivo do financiamento, prazos e garantias que são oferecidas.

Desta forma, a Administração considera que não há diferenças significativas entre o saldo contábil e o valor justo desses empréstimos e financiamentos.

Fornecedores

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Limitações

O valor justo dos instrumentos foi estimado na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

c. Níveis de valor justo

Descrição	Consolidado – IFRS		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	12.247	-	-

- (a) **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) **Nível 2** - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- (c) **Nível 3** - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), dos vencimentos dos títulos e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco) (Nota 7).

Aproximadamente 17,0% (em 2012: 19,7 %) da receita bruta da Companhia é atribuída a operações de venda com a *Joint Operation* no Brasil e Argentina. Entretanto, geograficamente, não há concentração de risco de crédito.

A Companhia e suas controladas possuem ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 19.600 (R\$ 19.193 em 2012) representativos de 5% do saldo de contas a receber em aberto (5 % em 2012), para fazer face ao risco de crédito (Nota 7a).

A Companhia opera no mercado financeiro através de instituições de crédito de primeira linha, Bancos Estatais ou Agencias Governamentais de Fomento, fazendo com que o risco de crédito com as instituições financeiras seja muito baixo.

e. Risco de taxa de câmbio

i. Risco de preço

Considerando o risco de preço nas exportações que são equivalentes a 9,85% da receita de suas controladas em 31 de dezembro de 2013 (8,54% em 2012), a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá comprometer os resultados planejados pela Administração. A Companhia não tem a prática de utilizar nenhum instrumento financeiro específico para mitigar os riscos de preço. Entretanto, a Companhia tenta fazer uma política de hedge natural com ativos vinculados com risco de variação cambial.

ii. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2013, com a variação positiva de 14,64% em relação à última cotação de 2012.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tenta manter hedge natural com a manutenção de ativos vinculados, suscetíveis também, à variação cambial. A Administração não contrata instrumentos

financeiros para eliminar sua exposição aos riscos de câmbio, que estão demonstrados a seguir:

	Consolidado – IFRS	
Moeda dólar (US\$ mil)	2013	2012
Ativos em moeda estrangeira (a)	60.524	87.645
Passivos em moeda estrangeira (b)	(59.857)	(79.748)
Superávit apurado (a-b)	667	7.897

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles:

- (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia e suas controladas: cotação do dólar em R\$ 2,3426 em 31 de dezembro de 2013;
- (ii) cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando um aumento e redução de 25% na cotação do dólar, passando para R\$ 2,9283 e R\$ 1,7570, respectivamente;
- (iii) cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar utilizada no cenário provável é elevada e reduzida em 50%, passando a R\$ 3,5139 e 1,1713, respectivamente:

Quadro demonstrativo de Análise de Sensibilidade de Câmbio - efeito resultado

Em 2013:

Abaixo demonstramos a variação do *superávit* no valor US\$ 667 conforme os cenários demonstrados acima:

Variação positiva				
Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Receita financeira	US\$ 667 mil	Câmbio de 2,3426	Câmbio de 2,9283	Câmbio de 3,5139
	Alta do US\$	-	391	782
Variação negativa				
Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário Remoto
Despesa financeira	US\$ 667 mil	Câmbio de 2,3426	Câmbio de 1,7570	Câmbio de 1,1713
	Queda do US\$	-	(391)	(782)

f. Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia e suas controladas não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamento, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia e suas controladas não contratam instrumento financeiro específico para mitigar estes riscos.

Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa DI-Cetip sobre as aplicações financeiras e financiamentos atrelados a essa taxa, e da TJPL sobre parte de seus empréstimos e financiamentos que estão atrelados a essa taxa.

	Consolidado 2013
Ativos em CDI	17.643
Passivos em CDI	329.903
Passivos em TJPL	196.766

Para fins de atendimento à Deliberação no. 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo dois cenários de variação das Taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável que é o adotado pela Companhia e suas controladas, com DI-Cetip a taxa de 9,77% a.a. e TJLP a taxa de 5,00% a.a.; (ii) cenário possível, considerando um aumento e redução de 20% sobre as taxas, passando respectivamente, o DI-Cetip para 11,72% a.a. e 8,14% a.a. e a TJPL para 6,00% a.a. e 4,17% a.a.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para a data base em 31 de dezembro de 2013, conforme cenário demonstrado acima:

Variação positiva

Transação	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível
Empréstimos em TJLP	196.766	TJLP a 5,00%	TJLP a 4,17%
	Alteração na Taxa	0.00	(1.633)
Empréstimos em DI	329.903	DI a 9,77%	DI a 8,14%
	Alteração na Taxa	0.00	(5.377)
Aplicações em DI	17.643	DI a 9,77%	DI a 11,72%
	Alteração na Taxa	0.00	344

Variação negativa

Transação	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível
Empréstimos em TJLP	196.766	TJLP a 5,00%	TJLP a 6,00%
	Alteração na Taxa	0.00	1.968
Empréstimos em DI	329.903	DI a 9,77%	DI a 11,72%
	Alteração na Taxa	0.00	6.433
Aplicações em DI	17.643	DI a 9,77%	DI a 8,14%
	Alteração na Taxa	0.00	(288)

g. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, financiamentos e recursos dos acionistas. 46% da dívida da Companhia tem seu vencimento em menos de um ano em 31 de dezembro de 2013 (em 2012: 44%), com base no valor registrado dos empréstimos e financiamentos refletidos nas demonstrações financeiras.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados nas Notas 20 e 21.

h. Controles relacionados aos riscos

A Companhia visa controlar os riscos mediante a avaliação dos diversos riscos, considerando riscos de crédito das contrapartes, monitoramento do nível dos ativos frente aos passivos financeiros. Não ocorreram alterações dos referidos controles durante os exercícios divulgados.

i. Gestão do capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	Consolidado - IFRS	
	2013	2012
Financiamentos, empréstimos e financiamentos incentivados	820.656	1.035.600
Caixa e equivalentes de caixa	(46.672)	(57.715)
Aplicações financeiras	(12.247)	(12.184)
Dívida líquida	761.737	965.701
Patrimônio líquido	133.474	5.649

32 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas não fazem parte de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas em 31 de dezembro de 2013 são resumidos a seguir:

Objeto	Risco coberto	Valor de cobertura
Patrimonial	Incêndio, danos elétricos, vendaval, valores bens/mercadorias, equipamentos, lucros cessantes	110.000
Lucros cessantes	Despesas fixas (P.I. 3 meses)	60.000
D&O	Responsabilidade civil de executivos	20.000
RC Geral	Responsabilidade civil geral	2.000
Veículos leves	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	35.700
Veículos pesados	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	9.450
Transporte internacional - Exportação	Limite por embarque - Mercadorias	7.020
Transporte internacional - Importação	Limite por embarque - Mercadorias	7.020
Transporte nacional	Limite por embarque - Mercadorias	1.000
		<u>252.190</u>

33 Subvenções e assistência governamental

a. *Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.*

A controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem incentivo de isenção e redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração para diferentes níveis de produção encerrando-se até o ano calendário de 2016. Este benefício é concedido às empresas instaladas nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, que tenham direito a redução do valor do imposto conforme RIR/99, art. 546 a 561. A controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. registra este benefício diretamente no resultado a crédito de Imposto de renda. O montante do benefício fiscal, em 31 de dezembro de 2013, foi de R\$ 0 em função de resultado negativo (R\$ 0 em 2012 em função de resultado negativo).

A controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é beneficiária de incentivo fiscal incondicional concedido pelo Governo do Estado do Ceará nas modalidades abaixo:

- **PROVIN** - Programa de Incentivos ao Funcionamento de Empresas mediante operações do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará:
 - **PROVIN calçados** - Refere-se ao incentivo fiscal como contrapartida de um programa, já realizado pela Companhia, de investimentos fixos e geração de empregos.

Por este programa a controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. recebe empréstimos do Banco Bradesco S.A. de 100% do ICMS recolhido no prazo legal, relativo à comercialização de calçados de produção própria. Tais empréstimos sofrem a incidência de TJLP e o prazo de vencimento é de 36 meses.

O pagamento pontual destes empréstimos enseja à controlada um desconto de 99% sobre o valor devido. O valor destes descontos - incentivos fiscais - não podem ser distribuídos e devem ser integralmente utilizados na controlada. A controlada reconhece tais descontos por ocasião da concessão do empréstimo, nos termos da legislação e de seus Termos de Acordos assinados, e os contabiliza diretamente no resultado em Deduções - Impostos sobre vendas.

Os contratos relativos a este programa têm como prazo final agosto de 2021.

O montante do benefício fiscal em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 56.802 registrado diretamente no resultado do exercício (R\$ 49.699 em 2012), a Administração entende que seus incentivos têm características de subvenção governamental e estão realizados, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/07.

- **PROVIN confecções** - Programa semelhante ao anterior, concedido em julho de 2002 quando a controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. iniciou a produção de confecções. O valor dos empréstimos equivale a 75% do ICMS pago no prazo legal, relativo à comercialização de confecções de produção própria. O prazo dos financiamentos é de 36 meses e o desconto pelo pagamento pontual dos empréstimos é de 75%. Tais incentivos têm por base contratos cuja vigência vai até junho de 2022, sem alterações nas condições.

Aplicam-se a este incentivo as mesmas restrições de usos, encargos e regras de contabilização anteriormente detalhados. O montante em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 391 registrados diretamente no resultado do exercício (R\$ 2.734 em 2012), a Administração entende que seus incentivos têm características de subvenção governamental e estão realizados, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/07.

- **PROAPI** - Programa de Incentivo às Atividades Portuárias e Industriais do Ceará: O contrato encerrou em maio de 2013.

O montante do benefício fiscal em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1.975, registrados diretamente no resultado do exercício (R\$ 6.850 em 2012), a Administração entende que seus incentivos têm características de subvenção governamental e estão realizados, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/07.

b. Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.

A controlada indireta Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é beneficiária do incentivo fiscal do Programa de Incentivos à Centrais de Distribuição de Mercadorias do Ceará - PCDM.

- **PCDM** - Refere-se ao incentivo fiscal, através do qual a controlada indireta Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. obtém uma redução de 60% do ICMS sobre as saídas interestaduais de mercadorias, sendo dispensado do ICMS antecipado sobre as entradas interestaduais de mercadorias, deferimento na importação de mercadorias e bens para integrar o ativo imobilizado entre o período de novembro de 2006 e outubro de 2016. As importações beneficiadas foram àquelas relativas a tênis esportivos, componentes e partes de calçados, destinados a estabelecimentos próprios da controlada situados no Ceará. O montante do benefício fiscal em 31 de dezembro de 2013, registrados diretamente no resultado do exercício, foi de R\$ 1.200 (R\$ 3.150 em 2012), a Administração entende que seus incentivos têm características de subvenção governamental e estão realizados, conforme estabelecido pela Lei 11.638/07.

c. Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A controlada Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. a partir do exercício de 2008, passaram a usufruir do incentivo de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, pelo prazo de 10 anos. O montante do benefício fiscal na controlada Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi de R\$ 0 em função de resultado negativo (R\$ 0 em 2012 em função de resultado negativo).

A controladas Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui ainda incentivo para aplicação de parte do Imposto de renda a pagar, no Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR. Em 31 de dezembro de 2013 este incentivo atingiu o valor de R\$ 0 (R\$ 0 em 2012).

A controlada Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui projeto aprovado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, que a considerou como de interesse para o desenvolvimento do Nordeste e, consequentemente, merecedora dos seguintes incentivos estaduais pelo Governo do Estado da Bahia:

- Crédito presumido do ICMS nas operações de saídas de calçados e seus componentes, produzidos na Bahia até o ano de 2017. O benefício no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 41.140 (R\$ 71.256 em 2012), registrado a crédito da conta Deduções - Impostos sobre as vendas.
- **PROCOTEX** - Crédito fiscal de ICMS equivalente a 2,2% do valor FOB das operações de exportação de produtos fabricados na Bahia até o ano de 2017. O benefício no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 680 (R\$ 680 em 2012), registrado a crédito da conta Deduções - Impostos sobre as vendas.

d. Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.

A controlada Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. a partir do exercício de 2008, passaram a usufruir do incentivo de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, pelo prazo de 10 anos. O montante do benefício fiscal na controlada Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi de R\$ 0 em função de resultado negativo (R\$ 0 em 2012 em função de resultado negativo).

A controladas Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui ainda incentivo para aplicação de parte do Imposto de renda a pagar, no Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR. Em 31 de dezembro de 2013 este incentivo atingiu o valor de R\$ 0 (R\$ 0 em 2012).

A controlada Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. possui protocolo de intenções firmado com o Estado de Sergipe, que lhe garante, até o ano de 2020, os seguintes incentivos fiscais:

- Redução de 75% do ICMS apurado, representando no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 7.041 (R\$ 5.390 em 2012), carência para o pagamento do ICMS devido por 15 anos e parcelamento do débito pelo prazo de 15 anos, reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas em Deduções - Impostos sobre vendas.
- Diferimento do ICMS nas importações de matérias-primas, insumos, material secundário e de embalagem, bem como do diferencial de alíquota nas compras de bens de capital.

e. Reiziger Participações Ltda.

A controlada indireta Reiziger Participações Ltda., empresa que teve suas atividades operacionais iniciadas em setembro de 2007, possui projeto aprovado pelo Conselho Deliberativo do PROBAHIA e, consequentemente, merecedora dos seguintes incentivos estaduais pelo Governo do Estado da Bahia:

- Crédito presumido do ICMS nas operações de saídas de calçados e seus componentes, produzidos na Bahia até o ano de 2027. O benefício no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 0 (R\$ 1.976 em 2012), registrado como Deduções - Impostos sobre as vendas.
- Diferimento do ICMS nas importações de matérias-primas, insumos, material secundário e de embalagem, bem como do diferencial de alíquota nas compras de bens de capital.

f. Consolidado

O montante dos incentivos fiscais estaduais, referentes ao ICMS foi registrado na conta de Deduções - Impostos sobre vendas para os incentivos, e na Despesa com IRPJ e CSLL para os incentivos fiscais, referentes ao IRPJ, reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial.

Considerando que tais incentivos foram contabilizados diretamente no resultado das controladas, por consequência, foram reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial, cujos efeitos são demonstrados a seguir:

Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas	Montante do incentivo no consolidado	%	Resultado da equivalência patrimonial na controladora	
			2013	2012
Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	59.168	99,99	59.162	59.277
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	1.200	100,00	1.200	3.150
Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	41.820	100,00	41.820	71.936
Vulcabras azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	7.041	100,00	7.041	5.390
Reiziger Participações Ltda.	-	100,00	-	1.976
	<u>109.229</u>		<u>109.223</u>	<u>141.729</u>

34 Informação por segmento

As informações de vendas brutas no mercado externo e interno, por região geográfica, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior, e podem ser assim apresentadas:

Vendas brutas mercado externo e interno a partir de:	Consolidado – IFRS	
	2013	2012
Brasil	1.100.887	1.360.132
Argentina	331.686	323.668
Outros países	<u>101.109</u>	<u>94.287</u>
Total	<u>1.533.682</u>	<u>1.778.087</u>

Os ativos não circulantes de cada região geográfica estão demonstrados a seguir:

Ativos não circulantes mercado externo e interno a partir de:	Consolidado – IFRS	
	2013	2012
Brasil	535.793	550.327
Argentina	42.975	49.191
Outros países	<u>15.230</u>	<u>10.104</u>
Total	<u>593.998</u>	<u>609.622</u>

Composição do Conselho de Administração

Pedro Grendene Bartelle - Presidente
Alexandre Grendene Bartelle - Vice presidente
Hector Nunez - Conselheiro
Roberto Faldini - Conselheiro independente

Composição da Diretoria

Leonardo Horta Rodrigues - Presidente
Flávio de Carvalho Bento - Diretor Industrial
Jorge Alexander Kowalski - Diretor Comercial
José Augusto Pereira de Oliveira – Diretor de Supply Chain
Marco Antonio Sá Martins - Diretor de Operações - Argentina
Pedro Bartelle - Diretor de Marketing
Luis Blecher - Diretor Administrativo e Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

Luis Blecher

Responsável técnico

Manoel Damião da Silveira Neto
Contador CRC 1RJ052266/O-2 “S”-SP